UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA

FRANCIELE CECONI DE SOUZA

DISPOSITIVOS DE CONTROLE E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CRISTIANISMO DOS PRIMEIROS SÉCULOS POR MICHEL FOUCAULT

CAXIAS DO SUL/RS

2026

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA

FRANCIELE CECONI DE SOUZA

DISPOSITIVOS DE CONTROLE E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CRISTIANISMO DOS PRIMEIROS SÉCULOS POR MICHEL FOUCAULT

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Filosofia à linha de pesquisa em Filosofia Social, Política e do Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul Mestrado Acadêmico em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Itamar Veiga
Agência de Fomento: PROSUC/CAPES.

CAXIAS DO SUL/RS
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

S729d Souza, Franciele Ceconi de
Dispositivos de controle e a construção da subjetividade no cristianismo dos primeiros séculos por Michel Foucault [recurso eletrônico] / Franciele Ceconi de Souza. – 2026.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2026.
Orientação: Itamar Soares Veiga.
Modo de acesso: World Wide Web
Disponível em: https://repositorio.ucs.br

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Subjetividade. 3. Filosofia. I. Veiga, Itamar Soares, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 1FOUCAULT

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

UCS
UNIVERSIDADE
DE CAXIAS DO SUL

"DISPOSITIVOS DE CONTROLE E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CRISTIANISMO DOS PRIMEIROS SÉCULOS POR MICHEL FOUCAULT"

Franciele Ceconi de Souza

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Filosofia. Linha de Pesquisa: Filosofia Social, Política e do Direito.

Caxias do Sul, 31 de julho de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Itamar Soares Veiga (Presidente)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Evaldo Antonio Kuiava
Universidade de Caxias do Sul

Participação por videoconferência
Prof.ª Dr.ª Márcia Junges
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

AGRADECIMENTOS

Entendo que absolutamente nada se faz sozinho; por essa razão, agradeço o apoio e o incentivo de muitas pessoas que estiveram presentes ao longo desta jornada.

Em primeiro lugar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento integral desta pesquisa, condição material sem a qual este trabalho não poderia ter sido realizado. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul e a todos os seus colaboradores.

Agradeço profundamente ao meu orientador, Prof. Dr. Itamar, pela dedicação, paciência e orientação ao longo de todo este processo. Sua disponibilidade para esclarecer dúvidas, suas sugestões valiosas e o incentivo constante foram fundamentais para a realização desta dissertação. Agradeço não apenas pelo apoio acadêmico, mas também pela confiança depositada em mim e pelo exemplo de profissionalismo e compromisso com a pesquisa. Este trabalho carrega muito da sua contribuição e inspiração.

Aos professores e colegas do programa, pela troca de ideias, pelas discussões inspiradoras e pelo companheirismo que tornaram o caminho mais leve.

À minha família, pelo amor incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio constante que me deu forças para seguir em frente. Em especial, à minha mãe, Salete, e ao meu irmão, Alex, que sempre me incentivam a seguir.

Aos amigos, que estiveram ao meu lado nos momentos de dificuldade e celebraram comigo cada conquista, em especial às minhas amigas Gabriela Rosso, Carine Mello e Andresa Rech, por compartilharem comigo não apenas alegrias e conquistas, mas também por estarem ao meu lado nos desafios, oferecendo sempre um ombro amigo e uma escuta atenta.

Ao meu namorado, Munir, expresso minha mais sincera gratidão pelo carinho, paciência e apoio, e principalmente por celebrar comigo cada conquista, por me motivar nos dias difíceis e por acreditar em mim até quando eu duvidava de mim mesma. Este trabalho também é fruto da força e da inspiração que sua parceria me proporcionou.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explicitar a noção do termo dispositivo de Michel Foucault, situando o leitor no período em que o termo foi usado pelo filósofo, bem como identificando as ligações dos dispositivos com o poder. De início, situa-se o período em que o termo foi caracterizado por Michel Foucault, buscando também a compreensão do poder que circula no âmbito do dispositivo, um panorama sobre o caráter das linhas de força abarcadas pelas estratégias de disposição para posteriormente apresentar as características gerais de dispositivo. Por fim, analisa-se o processo de subjetivação existente através das relações envolvendo o poder e os dispositivos.

Palavras-chave:. Michel Foucault; Dispositivo; Poder; Subjetivação.

ABSTRACT

This dissertation examines Michel Foucault's concept of the dispositif (apparatus) by situating it within the historical and theoretical context in which the philosopher developed the term and by analyzing its relationship to the dynamics of power. The discussion begins by contextualizing the emergence of the concept in Foucault's work and exploring how power operates through the dispositif. It then considers the lines of force and strategic configurations that characterize the dispositif before outlining its principal features. Finally, the dissertation investigates the process of subjectivation as it emerges through the interplay between power and dispositifs. By clarifying these key concepts, the study contributes to a deeper understanding of Foucault's analysis of power, knowledge, and the constitution of the subject.

Keywords: Michel Foucault; Dispositif; Apparatus; Power; Subjectivation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **8**
2 A IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS EM FOUCAULT **10**
2.1 SITUANDO O ESTUDO DOS DISPOSITIVOS 12
2.2 O PODER 17
2.2.1 PODER DISCIPLINAR **27**
3 OS DISPOSITIVOS **31**
3.1 DISPOSITIVO EDUCACIONAL 46
3.2 VIGILÂNCIA HIERÁRQUICA 47
3.3 O DISCURSO 49
4 O SUJEITO MODERNO E A SUBJETIVIDADE **52**
4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NO CURSO DO GOVERNO DOS VIVOS: 1979-1980 57
4.2 DO ATO BATISMAL 59
4.3 DA PENITÊNCIA 61
4.4 DIREÇÃO DA CONSCIÊNCIA 64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **70**
REFERÊNCIAS **72**

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo é compilar os desdobramentos do conceito de dispositivo em Michel Foucault e completá-lo com uma descrição mais pormenorizada sobre o poder, incluindo ainda, o processo de subjetivação do indivíduo. Entendemos que Foucault é um filósofo que nunca foi aprisionado pelo seu tempo, possuindo atitudes inquietantes, as quais acompanhavam seu pensamento. Desta forma, deixamos claro, desde já, que o filósofo, quando tratou do termo dispositivo, fez isso de forma atípica. O termo aparece frequentemente na filosofia foucaultiana quando das pesquisas político-genealógicas, há quem entenda que os dispositivos correspondem a um aspecto controverso na filosofia de Foucault, dada a dificuldade de conceituá-lo. Diante disso, tentaremos através das aulas ministradas no Collège de France nos anos de 1970 a 1984, bem como seus livros, entre eles “Vigiar e Punir”, caracterizar o termo dispositivo.

É assim que, privilegiando a análise dos casos em sua singularidade, Foucault inverte o que se poderia conceber como cânones do conhecimento, não buscando enquadrar os casos a partir de teorias estabelecidas, mas sim analisar o caso singular inserido em uma rede de relações de poderes ascendentes que se relacionam entre si, de modo a compreender a sociedade através dessa microfísica.

Esta dissertação inicia-se pelo seu ponto mais complexo, uma vez que o termo dispositivo é vastamente utilizado por Michel Foucault, contudo sem ter um conceito fixo e cartesiano sobre o tema, questiona-se: como traçar uma noção de dispositivo? Logo, para responder a este questionamento central, no segundo capítulo iremos introduzir o leitor na problemática foucaultiana, ou seja, identificar o pensamento, e ainda, identificar o momento em que o termo dispositivo é apresentado por Foucault. Além disso, iremos definir o poder e suas relações, uma vez que são eventos intrinsecamente ligados ao tema central desta dissertação.

No terceiro capítulo, nosso objetivo é conceituar o termo dispositivo e exemplificá-lo, para tanto, iremos buscar através dos escritos foucaultianos a identificação do termo dispositivo, e ainda, a fim de enriquecer o estudo, trabalhar com Deleuze e Agamben, filósofos que, assim como Foucault conceituam o termo dispositivo. Já no quarto capítulo, após identificar o conceito central — dispositivo —, buscaremos verificar o processo de subjetividade do indivíduo, contudo, Foucault possui duas formas de entendê-la; optaremos pela abordagem feita quando ministrava

o curso no Collège de France, nos anos de 1979/1980, intitulado “Do Governo dos Vivos”, momento em que o filósofo tratou do cristianismo dos primeiros séculos.

Destaca-se que, atualmente, é de extrema importância compreender e identificar o termo dispositivo, bem como o processo de subjetivação individual uma vez que a sociedade está munida dos mais diversos dispositivos de controle, havendo a necessidade real de entender o processo de subjetividade que transpassa o indivíduo quando em contato com esses dispositivos, sendo que entender este processo é compreender o desenvolvimento do indivíduo, enquanto ser social.

2 A IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS EM FOUCAULT

Sabemos que a filosofia de Michel Foucault está intrinsecamente ligada a eventos históricos, desta forma, não se apresenta de forma estacionária, e assim, se amolda ao tempo, evoluindo e se integrando, fato que muitos entendem como profícuo — como nós, que escrevemos o presente trabalho.

Sabe-se que, através de Foucault é possível buscar compreender quem somos, as problematicidades da expressão discursiva e não discursiva que são produzidas, bem como, as relações de forças que cercam esse liame, isso só se faz possível, justamente porque a filosofia de Foucault se adapta ao tempo, se adequa ao momento vivido socialmente, a fim de responder questões filosóficas, sociais e históricas.

Uma vez que a sociedade vive em constante transmutação e essas metamorfoses nem sempre se dão para fins de aprimorar os governados, a evolução social muitas vezes se faz no sentido de limitar a sociedade, possibilitando não só a padronização, mas também imposições de certos posicionamentos que se tornaram inquestionáveis, faz-se necessária a adequação filosófica foucaultiana, a fim de compreender tais transformações e suas relações.

Foucault na obra "*Nietzsche, Freud*, *Marx"* (1975) aborda as técnicas de interpretação, afirmando que, para esses autores, interpretar, no transcorrer da história, tornou-se uma tarefa infinita. Este processo de interpretação tornou-se mais complexo dado o aparecimento de múltiplas formas de interpretação, e ainda que vastamente conceituadas formalmente, somos instigados a constantemente repensar símbolos, formas, discursos e obras, ainda assim, não possuímos um conceito estático e capaz de se solidificar pelos séculos, ou seja, a interpretação está ligada diretamente ao momento histórico, sendo necessário que o progresso filosófico faça o devido acompanhamento.

Diz Foucault (1975, p. 22):

> Esta falta de conclusão essencial de interpretação, creio que está relacionada com outros princípios, que são também fundamentais, e que constituíram, junto com os princípios que acabo de aludir, os postulados da hermenêutica moderna. Primeiro: se a interpretação não se pode nunca acabar, isto quer simplesmente significar que não há nada a interpretar. Não há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece a interpretação, mas a interpretação de outros símbolos.

Logo, podemos dizer que a forma de interpretação foucaultiana, quando não apresenta conceitos fixos ou fechados, se amolda à interpretação hermenêutica moderna, assim, não se trata de não ter conceitos, mas sim, trabalhar com uma filosofia que molda a interpretação ao seu tempo, não abandonando conceitos fixos, mas fazendo ligações entre uma interpretação primária e a evolução filosófica conceitual, tratando os conceitos filosóficos através de uma interpretação circular.

Edgardo Castro, em sua obra "Uma nova Introdução a Foucault*"* (2024, p. 13), ao abordar a interpretação foucaultiana, diz:

> Foucault, desse modo, ensinou-nos a ler de outra maneira, com um olhar estrábico, dirigido ao mesmo tempo ao passado e ao presente, para não ficarmos presos a nenhum dos dois. Pois, sem sua relação com o presente, o passado se converte em relíquia.

Logo, compreende-se que, para Foucault, o método não é concebido como uma estrutura cartesiana e fixa, podendo ser escolhido através da análise da circunstância apresentada. Tal característica faz parte da filosofia de Foucault, podendo ser encontrada em todos seus estudos filosóficos. Assim afirma o autor:

> Os estudos que se seguem, assim como outros que anteriormente empreendi, são estudos de "história" pelos campos que tratam e pelas referencias que assumem; mas não são trabalhos de "historiador". O que ~~quer~~ não quer dizer que eles resumam ou sintetizem o trabalho feito por outros; eles são – se quisermos encará-los do ponto de sua "pragmática" – o protocolo de um exercício que foi longo, hesitante, e que frequentemente precisou se retomar e se corrigir. Um exercício filosófico: sua articulação foi a de saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferente. (Foucault, 2012, p. 16).

Apesar disso, a neutralidade na escolha do método não anula a preocupação com os princípios metodológicos, tanto que, ao ministrar seus cursos Foucault inicia indicando o método que irá ser utilizado. Nas palavras de Ferreira Neto:

> Assim, partindo de meticulosas análises de práticas concretas de aspecto local, de modo predominantemente indutivo, Foucault vai construindo certo arcabouço teórico-conceitual amplo, mantendo a advertência que o mesmo não devia ser entendido como sistema circunscrito, mas antes como uma caixa de ferramentas a serem utilizadas em outros estudos e pesquisas (Ferreira Neto, 2015, p. 414).

Nesse sentido, Garry Gutting aborda a forma interpretativa de Michel Foucault (2016, p. 24-25):

> É contudo, menos arriscado e ainda mais proveitoso considerar Foucault como um artesão intelectual, alguém que ao longo dos anos construiu uma

> variedade de artefatos, os equivalentes intelectuais dos objetos materiais criados por um ourives ou marceneiro habilidoso. Precisamos levar em conta a circunstância específica que ocasiona a produção de cada artefato a fim de compreendê-lo e apreciá-lo. Mas cada artefato também pode ter outros usos não explicitamente previstos por seu criador, de modo que também precisamos examiná-lo com vistas ao emprego para nossos próprios propósitos. Foucault foi particularmente competente em produzir três tipos de artefatos intelectuais: histórias, teorias e mitos.

Desta forma, Foucault nos ensina que podemos pensar de outra maneira, nos apresenta uma nova forma de questionar, ou seja, nos apresenta uma forma diversa de pensamento, mais ligada à história, sem pretensão de esgotamento, mas com objetivo de o indivíduo obter o conhecimento necessário para seu aprimoramento. Afirma Castro (2024, p.13): “[...] isto é, um exercício de reflexão sobre a liberdade”.E é dessa forma que pretendemos entender os dispositivos foucaultianos, sob a perspectiva de um olhar crítico, sem nenhum bloqueio paralisador ou fixo, através de abordagens que nos permitam olhar para a filosofia e aplicá-la no tempo presente, a fim de sermos modificados por esta abordagem que perpassa os tempos e se torna atual.

2.1 SITUANDO O ESTUDO DOS DISPOSITIVOS

Entendemos que Michel Foucault solidificou sua forma de pensar em três pontos cruciais: *o saber, o poder e o sujeito.* É, no entanto, a questão do poder que percorre toda a extensão de sua filosofia, sendo tema abordado pela presente dissertação, e é nesse momento que o termo dispositivos aparece com mais nitidez.

Isso porque a abordagem de dispositivos na filosofia de Michel Foucault está totalmente interrelacionada com o poder, esta questão é abordada por ele no final da década de 1960, início de 1970. Contudo, como já descrito, a filosofia de Foucault está totalmente ligada, através de uma espécie de linha transparente que conecta suas abordagens e conceitos. Assim, na década de 1970, o filósofo irá abordar com afinco tais conceitos. Nas palavras de Castro:

> Mas agora, Foucault se propõe analisar o poder em seus mecanismos específicos, sem ficar, com isso, circunscrito ao enfoque jurídico com o qual habitualmente era abordado. Interessa-se, com efeito, por uma leitura historicizada dos modos como o poder se difunde e circula nas sociedades modernas para dar forma aos indivíduos e às populações. O poder moderno é, por isso, um biopoder, um poder que se exerce sobre os corpos: as disciplinas normalizam os corpos individuais, as biopolíticas, o corpo da população. (Castro, 2024, p. 107).

Os dispositivos aparecem justamente através dos ditos mecanismos de poder. Contudo, a questão do poder e, consequentemente dos dispositivos, não é introduzida de maneira instantânea na filosofia do francês, ela aparece com maior destaque na década de 1970; contudo, conseguimos identificar o termo dispositivo desde as primeiras obras de Michel Foucault. Afirma Castro (2024, p. 113*, grifo do autor*):

> Mas seria errôneo pensar que em determinado momento Foucault introduz um problema que antes estivesse ausente, como o do poder, e que então tudo muda, o arqueólogo torna-se de repente um genealogista e deixam-se de lado as investigações precedentes. Ao contrário: por um lado, um percurso por *História da Loucura* ou por *O nascimento da clínica* é suficiente para mostrar que a questão do poder já aparecia desde muito antes, e, por outro, a questão das ciências humanas, por exemplo, continuará presente. Por isso, esses deslocamentos não são rupturas, mas sim torções, movimentos em torno de um eixo. Às vezes é possível encontrar um ponto oposto a outro, mas o central é o eixo desses deslocamentos e o modo como surge a possibilidade de levá-los a cabo.

A questão envolvendo poder sempre foi destaque na obra de Michel Foucault. Contudo, é entre as décadas de 1970 e início de 1980, na busca incessante pela compreensão daquele momento histórico, que Foucault se debruça sobre o estudo da compreensão mais aprofundada sobre o poder.

Thomas Flynn, ao mapear a forma de abordagem realizada por Michel Foucault, afirma:

> Todas as principais obras de Foucault são um tipo de história, o que é suficiente para fazer dele algum tipo de historiador. O desafio é determinar que tipo de história ele faz, e, portanto, que tipo de historiador ele é. É bom que Foucault tenha adotado termos distintivos para suas abordagens específicas e, diferentes fases de sua carreira. Suas obras iniciais, aquelas que lhe renderam sua reputação, foram chamadas de “arqueologias”, e as subsequentes, de “genealogias”; os volumes sobre a história da sexualidade que aparecem na época de sua morte, ele os chamou de “problematizações”. Essas abordagens não excluem umas às outras. Em vez disso, como ondas sucessivas quebrando na areia, descobre-se, após o fato, que cada uma delas era um interesse implícito na anterior, para qual ela servia como força impulsionadora. (Flynn, 2016, p. 49).

Michel Foucault, que foi um homem controverso em sua vida e em seu pensamento, ousou investigar desde as ciências humanas e o saber, da literatura à sexualidade, da loucura à punição. Contudo, foi seu assíduo estudo sobre o poder, que lhe destacou como influente filósofo da contemporaneidade. Deleuze (1998, p. 115), afirma que “toda a filosofia de Foucault é uma pragmática do múltiplo”. Aqui podemos notar, não só a extensa obra de Foucault, mas, e principalmente a habilidade em abordar os mais diversos assuntos com maestria.

É nítido que a questão acerca do poder é complexa e, dessa forma, faz-se necessário tecer conexões com outros conceitos para posteriormente identificar poder e suas relações, e, consequentemente os dispositivos. Logo, buscaremos indicar os elementos condutores para definição de dispositivo no pensamento do filósofo Michel Foucault, a fim de que esta ligação reste clara e coerente.

Os temas dispositivo e poder, assuntos intrinsecamente conectados, são pontos centrais da obra do filósofo Michel Foucault. Entretanto, a noção de dispositivo, o poder e suas relações são reflexões que surgem no contexto de deslocamento metodológico, qual seja: do período arqueológico para o período genealógico. Logo, para limitarmos o período em que a discussão sobre dispositivos e poder irá aparecer na filosofia de Michel Foucault se faz necessário a identificação e divisão dos núcleos de estudo realizados pelo filósofo francês.

Assim, podemos dividir as reflexões foucaultianas em três períodos. O primeiro, nomeado “Arqueologia do Saber” (1960), é o momento em que Foucault se dedicará a compreensão a respeito da verdade e suas técnicas, ou seja, ao saber. Nesta década o francês, entre outras obras, publicará “As palavras e as Coisas” (1966) e “Arqueologia do Saber” (1969). Já entre os anos de 1970 e 1979, atento às questões políticas da época, Foucault se dedicará ao estudo da temática sobre o poder e as suas relações. É justamente nesta década que publica “Vigiar e Punir” (1975) e “História da Sexualidade” (1976), bem como, inicia a ministração de cursos no Collège de France, cursos estes que, posteriormente, serão publicados, dando origem a: “Sociedade Punitiva”, “O Nascimento da Biopolítica”, “Em defesa da Sociedade”, entre outros. Este período é denominado período genealógico. Por fim, nos anos de 1980, Foucault se dedicará ao estudo da ética, mais especificamente do sujeito, publicando em 1984 os volumes II e III de sua obra “História da Sexualidade”.

Mesmo com esta divisão de períodos: período arqueológico, período genealógico e estudos éticos, entende-se que inexiste ruptura na filosofia de Foucault (Strathern, 2003)[1], ou seja, a mudança de método do filósofo não pode ser compreendida como o abandono dos estudos realizados no período anterior, estando os três momentos da filosofia de Foucault relacionados de maneira fundamental, ainda que sejam até certo ponto diferentes.

Castro faz a diferenciação entre o primeiro e segundo períodos, afirmando que: No primeiro período, os estudos voltaram-se à questão da *episteme* e dos reveses metodológicos que são abordados por ela. Já em um segundo momento, a filosofia de Foucault irá remeter a abordagem dos dispositivos (Castro, 2016, p.123-124), que é o alvo de investigação do presente.

Ao tratar desta passagem do primeiro para o segundo período da filosofia foucaultiana, Roberto Machado (1985) é categórico ao apresentar a maneira como o filósofo francês a abordagem de seus estudos:

> Se Foucault não invalida o passado, ele agora parte de uma outra questão. Digamos que a arqueologia, procurando estabelecer a construção dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições respondia a como os saberes apareciam e se transformavam. Podemos então dizer que a análise que em seguida é proposta tem como ponto de partida a questão do porquê. Seu objetivo não é principalmente descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre os saberes a partir da configuração de suas positividades; o que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes, ou melhor, que imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante – os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É essa análise do porquê dos saberes que pretende explicar sua existência e suas transformações situando como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana chamará genealogia. (Machado, 1985, p. VIII).

Destaca-se que é no período genealógico que o filósofo irá privilegiar a análise de acontecimentos em sua singularidade, ou seja, pesquisando casos concretos a partir de teorias já preestabelecidas, porém, levando em consideração não somente o já preestabelecido historicamente, mas igualmente, o contexto social e as relações sociais do momento. Registra-se que, quando se dedicou à busca da compreensão de poder, Foucault, entendia a urgência do momento, por essa razão, inquietava-se não mais somente a teorização, mas a aplicabilidade da filosofia que por ele era exercida.

> A esta altura, Foucault nos deve uma interpretação radicalmente nova de poder e saber: uma interpretação que não considera o poder como uma posse que um grupo tem e outro não; que considera o saber objetivo ou subjetivo, mas um componente central na transformação histórica de vários regimes de poder e de verdade. Sem dúvida, é exatamente isso que a genealogia tenta fornecer. (Dreyfus; Rabinow, 2013, p. 156).

Neste contexto Thomas Flynn (2016, p. 56), afirma que quando Foucault faz seus estudos sob uma ótica genealógica ele almeja “[...] sua preocupação é a

descendência, de práticas como uma série de eventos. Diferentemente das continuidades de uma história das origens [...]".

Já Roberto Machado (1985, p. VII-VIII), quando da compreensão desta passagem do período da arqueologia para genealogia, esclarece:

> [...] Projeto este que deixou de considerar a história de uma ciência como o desenvolvimento linear e continuo a partir de origens que se perdem no tempo e são alimentadas pela interminável busca de precursores. Mas que também se realizava sem privilegiar a distinção epistemológica entre ciência e pré-ciência, tendo no saber o campo próprio de investigação. O objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes – cada um considerado como possuindo positividade específica, a positividade do que foi efetivamente dito e deve ser aceito como tal e não julgado a partir de um saber posterior e superior – para que destas relações surjam, em uma mesma época ou época diferentes, compatibilidades e incompatibilidades que não sancionam ou invalidam, mas estabelecem regularidades, permitem individualizar formações discursivas [...].

Foucault não estava preocupado em classificar o termo dispositivo, mas sim, em pensar como se daria essa mecânica do poder e as relações que o transpassam (dispositivos), em outros termos, como se exerce o poder.

> Quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto onde o poder encontra o nível dos indivíduos, afetando seus corpos, inserindo-se em seus gestos, suas atitudes seus discursos, sua aprendizagem sua vida cotidiana. (Foucault, 2001, p. 1609).

Pretende-se conceituar o termo dispositivo em Foucault, mas traremos interpretações de outros filósofos, que se adequam à filosofia de Foucault, a fim de agregar mais elementos para uma compreensão maior das implicações de tal conceito.

Dreyfus e Rabinow (2013, p. 137) em "Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica*"* definem a postura de Foucault:

> Foucault introduz a genealogia como um método de diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir de seu próprio interior. Como ferramenta para conceber um relativo grau de desvinculação das práticas e teorias das ciências humanas, a arqueologia, embora ainda desempenhe um papel importante, é subordinada à genealogia.

Resumidamente, demonstra-se que, no primeiro período, Foucault ateve-se ao estudo do discurso da verdade, dando surgimento à psiquiatria e à economia política. Já no segundo período houve um deslocamento do pensamento do filósofo para a relação entre conhecimento e poder (saber-poder), que iremos trabalhar vastamente ao longo desta dissertação.

Por certo, no período genealógico, a filosofia de Foucault analisa a ascendência das relações sociais que manifestam o poder, na busca de desestabilizar o que se entende por universal, partindo-se de práticas concretas. Assim, inverte-se a prática comum do historicismo, que busca adequar os casos aos conceitos; entendendo justamente o contrário, que se deve questionar os conceitos universais através dos casos concretos. Quanto ao deslocamento do pensamento de Foucault, este escreve:

> Um deslocamento teórico me pareceu necessário para analisar o que frequentemente era designado como progresso dos conhecimentos: ele me levara a interrogar-me sobre formas de práticas discursivas que articulam o saber. E foi preciso também um deslocamento teórico para analisar o que frequentemente se descreve como manifestações do “poder”: ele me levara a interrogar-me sobretudo sobre as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes. Parecia agora que seria preciso empreender um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como “o sujeito”; convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito. (Foucault, 1984, p. 12).

Certo é que, quando Foucault investiga a questão do poder, estudando toda a problemática — características, táticas e estratégias —, contribui não só na filosofia contemporânea, mas igualmente, nas diversas áreas do saber. Assim, para Deleuze, quando Foucault adota o método genealógico, renunciando aos modelos estabelecidos na filosofia política tradicional, justifica a escolha realizada na medida em que:

> Em termos de teoria, um novo questionamento do problema do poder, voltado tanto contra o marxismo quanto contra as concepções burguesas e, em termos de prática, um certo tipo de lutas sociais, específicas, cujas relações e necessária unidade não poderiam mais vir de um processo de totalização nem de centralização. (Deleuze, 2013, p. 34).

Uma vez que o tema central da presente dissertação se situa no período genealógico, também denominado segundo período foucaultiano, seguiremos com o presente estudo, especificamente neste período filosófico, a fim de conceituar dispositivo e as reflexões específicas que perpassam o termo. Para tanto, se faz necessário entender o poder e as relações deste, temas intrinsecamente entrelaçados com o termo central aqui abordado: dispositivos.

2.2 O PODER

Conforme já descrito neste trabalho, Foucault possui uma forma específica de abordagem de seus temas, com o poder não foi diferente. O tema não aparece nas

primeiras obras do filósofo, mas está totalmente interligado desde suas primeiras análises.

Quando da abordagem do tema, Foucault não se propôs a realizar uma teoria clássica, ou até mesmo uma teoria aprofundada sobre poder, mas sim, criar através de uma vivência, algo que fosse palpável para sociedade da época entender o indivíduo. Isso porque a abordagem foucaultiana de poder só se fez pertinente porque ele buscava entender a subjetividade do indivíduo e para tanto, se fazia necessário entender as relações sociais através das quais este indivíduo estava inserido, chegando-se à questão do poder.

> Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos [...]. Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa. (Foucault, 1995, p. 231-232).

Destaca-se que Foucault, antes de fazer sua abordagem explícita sobre o poder, estava escrevendo sobre a história do conhecimento nas ciências humanas, neste momento o filósofo buscava compreender a maneira que os corpos se tornam inteligíveis e dotados de autoridade, ou seja, buscava entender o indivíduo.

Dreyfus e Rabinow (2013, p. 247), quando abordam o tema, expõem:

> A recusa de Foucault de elaborar uma teoria do poder, advém de sua compreensão de que a teoria só existe e é inteligível quando é estabelecida contra e entre práticas culturais articuladas. Talvez seja por isso que ele restringe tão frequentemente seus comentários gerais sobre poder. Ao contrário, ele apresentou uma análise sistemática das tecnologias de poder para a qual reivindica uma certa significação e generalidade, ainda que seus comentários pareçam, às vezes, demasiadamente misteriosos e de um alcance exageradamente sistemático quando se trata de defini-los.

Desta forma, entende-se que Foucault busca abordar o poder como atuante e operador do sujeito, ou seja, como o poder e as relações que transpassam o indivíduo atuam para o processo de subjetivação daquele. “Mesmo estudando minuciosamente o funcionamento do poder, a rigor esse não é o objeto de Foucault, o poder entra em pauta como um operador capaz de explicar como nos subjetivamos imersos em suas redes” (Veiga-Neto, 2005, p. 62). Igualmente, Dreyfus e Rabinow (2013, p. 243), afirmam:

> Em primeiro lugar, as relações de poder são “desiguais e móveis”. O poder não é uma mercadoria, uma posição, uma recompensa ou uma trama; é a operação de tecnologias políticas através do corpo social. O funcionamento

> desses rituais políticos de poder é exatamente o que estabelece as relações desiguais e assimétrica. É à expansão dessas tecnologias e sua operação cotidiana, espacial e temporariamente localizada, que Foucault se refere ao descrevê-las como “móveis”. Se o poder não é uma coisa, nem o controle de um conjunto de instituições, nem a racionalidade escondida da história, então a tarefa da análise é identificar de que modo ele opera. Para Foucault, trata-se menos de “avançar em direção a uma “teoria” do que em direção a uma “analítica” do poder: [quer dizer] em direção à definição do domínio específico formado pelas relações de poder e pela determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo.

Ou seja, Foucault procura identificar, por meio das relações de poder e dos instrumentos dessa relação, o indivíduo. Para tanto, foge de uma concepção cartesiana de poder, porém, não negando a sua existência, mas sim, procurando realizar uma identificação única e própria de algo já existente.

> [...] simples, uma vez que não necessitam dessas construções piramidais; e muito mais complicadas, já que existem múltiplas relações entre, por exemplo, a tecnologia do poder e o desenvolvimento das forças produtivas. Não se pode compreender o desenvolvimento das forças produtivas a não ser que se balizem, na indústria e na sociedade, um tipo particular ou vários tipos de poder em atividade – e em atividade no interior das forças produtivas. O corpo humano é, nós sabemos, uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político. O poder político dá um certo espaço ao indivíduo: um espaço onde se comportar, onde adaptar uma postura particular, onde sentar de uma certa maneira, ou trabalhar continuamente. Marx pensava – e ele o escreveu – que o trabalho constitui a essência concreta do homem. Penso que essa é uma ideia tipicamente hegeliana. O trabalho não é a essência do homem. Se o homem trabalha, se o corpo humano é uma força produtiva, é porque ele é investido por forças políticas, porque ele é capturado nos mecanismos de poder. (Foucault, 2019, p. 259).

Contudo, quando entende o poder como força produtiva, circular, que é verbo, que é prática, é exercício e é tensionável, Foucault entra em choque com as perspectivas de poder tradicionais, do poder visto como algo substancial, uma característica de uma instituição ou de um sujeito, que, uma vez possuidor deste pode cedê-lo ou aplicá-lo.

> O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem-poder funciona- poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles. (Foucault, 2005, p. 35).

Registra-se que Foucault entende que o Estado não é a única e mais importante fonte de disseminação do poder, podendo este ser exercido nos mais diversos níveis

e em diferentes sociedades, através de uma rede de mecanismos que transcorre toda a sociedade e a qual todos estão submetidos, ou seja, presente desde os primeiros séculos, e através das mais diversas relações sociais.

Portanto, trata-se de algo presente em toda sociedade, nas mais diversas camadas, seja no âmbito familiar, escolar, social ou político. Contudo, ao não compreender o poder como algo institucionalizado, localizável num ponto específico da estrutura social, que provém de um lugar e num foco único, não significa o abandono do poder que advém do Estado, pois pensar, de forma exclusiva, no papel do poder sem o Estado, faz com que abandonemos os mecanismos e efeitos que, estrategicamente, são usadas para manter a própria estrutura do Estado e das suas instituições.

> Não tenho de forma alguma intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder de Estado. Creio simplesmente que de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não se dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelos aparelhos de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo. (Foucault, 2019, p. 255).

Igualmente, compreende-se que o poder não atinge a sociedade de forma homogênea, isto é, não parte de um ponto central até a periferia, existindo os que possuem o poder e os que não o possuem. Buscaremos evidenciar essas práticas e relações de poder, a fim de posteriormente demonstrar o que é o poder para Michel Foucault, e a forma através da qual ele se apresenta na sociedade. De pronto, Foucault afirma:

> No entanto, o estudo dessa microfísica supõe que o poder que exerce ali não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma "apropriação", mas a provisões, para manobras, táticas, técnicas, operações; que deciframos nele uma rede de relacionamentos sempre tensos, sempre em atividade, em vez de um privilégio que poderíamos ter; que lhe damos como modelo a batalha perpétua, e não o contrato que opera uma cessão ou a conquista que toma um domínio. Em resumo, deve-se admitir que esse poder é exercido e não possuído, que não é o "privilégio" adquirido ou preservado da classe dominante, mas o efeito geral de suas posições estratégicas - um efeito que manifesta e às vezes renova a posição daqueles que são dominados. (Foucault, 1975, p. 31).

Portanto, o poder nunca vai se encontrar simplesmente como uma ação que forçosamente modifica ou restringe outra. Essa relação se dará através da repetição de desempenho ou ainda, da reprodução das relações.

> Foucault não concebe tais relações como impostas de cima para baixo. A configuração das relações de força encontram umas nas outras, formando assim uma cadeia ou um sistema, ou ao contrário, na disjunção e nas contradições que as isolam umas das outras. (Rouse, 2016, p. 144).

Ainda, tendo em vista que, Foucault, não foi um homem aprisionado em uma questão central, sendo justamente a busca incessante pela compreensão dos mais diversos problemas de seu tempo, que o fazem único. Destacando: *"Meu verdadeiro problema é aquele que, aliás, atualmente, é o problema de todo mundo: poder".* (Foucault, 2005, p. 224-225, *grifo nosso*). Michel Foucault trata de poder, que para ele não está localizado em uma instituição, e nem tampouco como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. O poder em Foucault reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade. Foucault não foi um homem aprisionado a uma questão central; a busca pela compreensão dos problemas de seu tempo o torna único. Nas palavras do autor:

> Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (Foucault, 1979, p.182).

Melhor dizendo, as relações de poder postas, seja pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina: "mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do tribunal" (Foucault, 2008, p.149). É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que se estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que exprimam comando e comandados.

Desta forma, todos estão sujeitos a não só exercer, mas sofrer a ação do poder, sendo que os sujeitos estão em constante contato uns com os outros, podendo a qualquer tempo serem centros de transmissão do poder. Dreyfus e Rabinow (2013, p. 246), discorrem sobre a paridade nestas relações de poder:

> O sistema não está, de modo algum, em equilíbrio; nem é, a não ser no sentido mais amplo, um sistema. Não há uma lógica da estabilidade inerente. Ao contrário, no nível das práticas, há uma orientação produzida por cálculos triviais, conflitos de desejos, emaranhados de interesses menores. Estes são moldados e direcionados pelas tecnologias políticas de poder. Esse direcionamento não tem nada de inerente e, portanto, não pode ser deduzido. Não se trata de um objeto adequado a uma teoria. Pode, contudo, ser analisado, e esse é o projeto de Foucault.

Destaca-se que Foucault, apesar de dedicar diversas de suas obras às relações de poder e ao tema poder, não possui uma teoria do poder, mas um entendimento de que este é construído historicamente, e como tal, funciona localizadamente, ou seja, criando-se um instrumento teórico a partir das especificidades existentes. “[...] o objetivo de Foucault é isolar, identificar e analisar a rede de relações desiguais [...]” (Dreyfus; Rabinow, 2013, p. 243).

Assim, Foucault trabalha com a ideia provisória, inacabada, e, consequentemente, abandona a visão tradicional de poder, sendo que este poder não necessariamente significa sinônimo de Estado, ou melhor, o poder aparece também como práticas dissociadas do Estado, e, ainda revestindo-se de um caráter eminentemente positivo. Afirma o filósofo:

> Os estudos que se seguem, assim como outros que anteriormente empreendi, são estudos de “história” pelos campos que tratam e pelas referências que assumem; mas não são trabalhos de “historiador”. O que não quer dizer que eles resumam ou sintetizem o trabalho feito por outros; eles são – se quisermos encará-los do ponto de vista de sua “pragmática” – o protocolo de um exercício que foi longo, hesitante, e que frequentemente precisou se retomar e se corrigir. Um exercício filosófico: sua articulação foi a de saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente. (Foucault, 2012, p.16).

Entendemos que a busca de compreender a fonte do controle da sociedade, foi o que levou Foucault a fundar suas pesquisas em um desapego a formalismos no poder, que o fez concluir por sua não centralização, pela sua não uniformização, que redundou na análise das microfísicas do poder e por sua forma de dominação, que parte não do soberano, mas de todas as formas de sujeição exercidas na sociedade. Ainda porque, Foucault estudou o poder não para criar uma teoria de poder, mas para identificar os sujeitos atuando sobre os outros sujeitos, o que torna sua filosofia tão perspicaz. “O poder é uma matriz geral de relações de forças, em um tempo dado, em uma sociedade dada” (Dreyfus;-Rabinow, 2013, p.244).

É característica da obra de Foucault a ruptura de conceitos fechados e cartesianos para um estudo crescente no sentido evidentemente prático. Contudo, tais mudanças não perfazem uma ruptura entre ser, poder e sujeito, muito ao contrário, toda sua obra possui uma ligação, e assim, mesmo não possuindo uma teoria específica do poder, trabalha tal conceito e aplica-o com maestria.

Sem realizar uma teoria específica sobre poder, Foucault busca através da análise específica deste termo entender as relações sociais e a forma que estas se

propagam, mais do que uma tese específica, Foucault busca realizar reflexões do tema através de experiências.

> O poder não é uma mercadoria, uma posição, uma recompensa ou uma trama; é a operação de tecnologias políticas através do corpo social. O funcionamento desses rituais políticos de poder é extremamente o que estabelece as relações desiguais e assimétricas. É à expansão dessas tecnologias e sua operação cotidiana, espacial e temporalmente localizada, que Foucault se refere ao descrevê-las como “móveis”. Se o poder não é uma coisa, nem o controle de um conjunto de instituições, nem a racionalidade escondida da história, então a tarefa da análise é identificar de que modo ele opera. (Dreyfus; Rabinow, 2013, p. 243).

Através da citação supra resta evidente que Foucault se preocupava com uma análise do poder através de relações e dos instrumentos norteadores deste poder, a fim de então determinar o que é o termo poder, sem que, para isso, seja necessário partir ou aprisionar-se em uma teoria clássica de poder. Foucault, afirma:

> O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de construir uma teoria do poder que teria por função refazer o que um Boulainvilliers ou Rousseau quiseram fazer. Todos os dois partem de um estado originário em que todos os homens são iguais, e depois, o que acontece? Invasão histórica para um, acontecimento mítico-jurídico para outro, mas sempre aparece a ideia de que, a partir de um momento, as pessoas não tiveram mais direitos e seguiu o poder. Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder. (Foucault, 2024, p. 369-370).

Sem pretensão de esgotamento, trataremos da questão do poder e suas relações, para tanto buscaremos nesses escritos foucaultianos, elementos que nos permitam entender a problematização do poder e suas relações. De fato, quando Michel Foucault ousou adentrar o tema, estava atento ao modelo ideológico político da época, que atualmente é tão complexo quanto.

> Foucault concluiu que saber e poder estavam tão intrinsecamente relacionados que os amalgamou como “saber/poder”. Este era o tema central de sua filosofia. Mas ao abordá-lo e estudar suas implicações, cobriu uma gama de assuntos muitas vezes sensacionalistas. Loucura, sexualidade, disciplina e punição – a história dessas categorias foi considerada essencial para sua argumentação. Acrescenta-se a isso a relação delas com a sua vida

> particular e tem-se o mais sensacional filósofo dos tempos modernos. (Strathern, 2003, p. 8-9).

Na obra “Microfísica do poder”, do ano de 1979, Foucault (2024, p. 272) aborda em dado momento a origem do poder e sua apresentação socialmente, entendendo que o poder pode ser considerado “um direito de que se seria possuidor como um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente [...]”, ou seja, em uma teoria jurídica clássica, através do poder, o indivíduo poderia se tornar um ente político, na medida em que cede ou detém o poder.

Por analogia à teoria jurídica clássica e consequentemente ao poder político (entendendo o indivíduo como ser social) podemos pensar as demais relações de poder.

Para compreender o poder, é necessário compreender a lógica existente no funcionamento, materialidade e os níveis práticos pelos quais o poder transpassa. Já estabelecemos que para Foucault o poder não está restrito ao Estado, bem como é multidirecional, ainda entendemos que o poder se torna mais cristalino quando observado através de um funcionamento específico em determinadas instituições, tais como hospitais, escolas, prisões e igrejas.

O poder está ligado diretamente às instituições, contudo são distintos. Suponha-se que o poder seja uma matriz geral entre as relações de forças existentes em determinado tempo e em dado contexto social. Dreyfus e Rabinow (2013, p. 245) afirmam:

> Não são, contudo, relações de mera associação, nem tampouco posições de simples superestruturas. Por exemplo, a escola não pode ser reduzida à sua função disciplinar. O conteúdo da geometria euclidiana não mudou devido a arquitetura da escola. Porém, muitos outros aspectos da vida da escola mudaram pela introdução da tecnologia disciplinar (horário rígido, separação dos alunos, vigilância da sexualidade, classificação, individualização, etc).

Ainda, neste mesmo sentido podemos entender a prisão, e a relação existente entre guardas e prisioneiros, ambos indivíduos situados no mesmo espaço, sob vigilância constante e regidos por regras. Neste contexto, apesar de desiguais, ainda assim existe uma relação de poder que é traçada através de um funcionamento material entre guarda e prisioneiros, e apesar de aparentemente esta relação apresentar um poder comandante e um comandado, nos levando a acreditar que o poder é aplicado de cima para baixo (guarda x prisioneiro), não o é, uma vez que sobre os guardas o poder também é exercido.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1997, p. 187) discorre sobre o panoptismo, e aqui podemos identificar o contexto supra descrito:

> A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda parte: “Um corpo de milícia considerável, comandado por bons oficiais e gente de bem”, corpos de guarda nas portas, na prefeitura e em todos os bairros para tornar mais pronta a obediência do povo, e mais absoluta a autoridade dos magistrados “assim como para vigiar todas as desordens, roubos e pilhagens”. Às portas, postos de vigilância; no fim de cada rua, sentinelas.

Portanto, a dominação não é a essência do poder, não se nega a dominação de classes através do poder. Contudo, o poder é exercido tanto sobre o dominante quanto o dominado. Em “Microfísica do Poder”, discorre o filósofo:

> De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em microrrelações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. (Foucault, 2024, p. 371).

Foucault compreende a noção de poder como instrumento de dominação relacional criado e sustentado em todas as relações humanas, em todas as esferas e diferenciadas no tempo e no espaço. E nesta forma de pensar o poder, Foucault (1999) discorre sobre a existência de um poder que ninguém detém, que é instável, transversal, que está em toda parte, provém de todos os lugares e se movimenta em todas as direções, ou seja, é onipresente.

> Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E "o" poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. (Foucault, 1999, p. 89).

Quando Foucault (2014, p. 277) fala das relações de poder, afirma:

> Quando se fala em poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo, etc. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. Quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas (...), o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas.

E é justamente quando Foucault analisa essas microrrelações que chega ao que ele chama de microfísica do poder.

> Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. (Foucault, 2017, p. 30).

Desta forma, para o filósofo, dizer que o poder está ou parte de um lugar específico é equivocado, uma vez que ele está presente em todos os lugares, pois existem relações sociais a todo tempo. "O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres [...] todas essas relações são relações políticas" (Foucault, 2010, p. 262). Nessa compreensão da manifestação do poder, como exercício, presente nas microrrelações cotidianas, a exemplo da relação homem-mulher, pai-filho, irmãos, professor-aluno, o poder atravessa toda a sociedade e em suas malhas captura, classifica e subjetiva os indivíduos, fazendo funcionar e manter as macroestruturas desta mesma sociedade.

Deste modo, quando Foucault se propõe a análise do poder, observa que este é realizado através das relações entre indivíduos, entre instituições e entre indivíduos e instituições, ou seja, o poder é um exercício, que ocorre através da prática, sendo assim uma relação de força que opera contra outra relação de força, resultando em uma relação de poder, que pode manifestar-se em escala macro e/ou micro.

Ainda, Foucault (2019, p. 45) não vê o poder como algo unicamente negativo, "o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso". O poder visto como uma força produtiva, que produz, transforma, define quem somos, nossos gestos e gostos, nos subjuga e assujeita.

> Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam

> identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. (Foucault, 2019, p. 284-285).

Assim, entende-se o poder em Foucault. O tema é amplo, mas não é o ponto central do presente trabalho; por essa razão, passaremos a tratar as relações de poder através de um cenário específico: prisões, a fim de entender o poder disciplinar, tal como Foucault, através da análise concreta.

2.2.1 Poder disciplinar

Foucault aborda com maestria o poder disciplinar e as prisões na obra "*Vigiar e Punir*", de 1975. Nessa obra, o filósofo descreve as práticas punitivas da Idade média e início da modernidade, tais como execuções públicas e torturas, que tinham como objetivo primordial intimidar a população e reafirmar o poder do soberano, para tanto o corpo do indivíduo era o ponto central da punição, transmitida em forma de espetáculo.

Com o avanço do século XVIII, as formas de punições foram substituídas por métodos mais discretos, como o encarceramento. Essa mudança não foi apenas fruto de um "humanitarismo", mas sim de uma necessidade de tornar o controle social mais eficiente. O poder, desta forma, passa a ser exercido sobre o "corpo social", buscando corrigir e normalizar os comportamentos. É neste momento que teremos presente o conceito de sociedade disciplinar em locais como instituições, escolas, quartéis, hospitais e fábricas, que passaram a funcionar como mecanismos de vigilância e controle.

Salienta-se que os conceitos de crime e sanção tinham de ser reformulados, uma vez que inicialmente o crime era visto como um insulto ao soberano e a punição, como uma manifestação do poder absoluto. Contudo, ao final do século XVIII, este passa a caracterizar uma irreverência e desacato ao corpo social e a punição deve restaurar o transtorno causado à sociedade. Logo, a prisão surge como um modelo estrutural e econômico capaz de suprir esta necessidade social.

Foucault (1996, p. 85) classifica a prisão como uma forma de "[...] reforma psicológica e moral das atitudes e de comportamento dos indivíduos". Ela toma o lugar da força física, material e temível de quem dominava. Agora, põe à vista a racionalidade que opera nesse exercício de poder pelo estilo econômico com que age de modo menos trabalhoso, por todo um sistema diligente de hierarquia, de vistoria de relatórios, que é chamado de tecnologia disciplinar do trabalho.

O poder disciplinar não se trata da essência do poder, contudo, através deste podemos identificar claramente a forma de funcionamento do poder. Este é visto por Foucault como fruto da transformação da sociedade europeia que ocorreu no final do século XVIII, marcando uma mudança de uma sociedade penal para uma sociedade disciplinar. Nessas transformações, o autor mostra o extremo de duas imagens da disciplina:

> Num extremo, a disciplina-bloco, a instituição fechada, estabelecido à margem, é toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema da disciplina de exceção ao de uma vigilância generalizada, repousa sobre uma transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar. (Foucault, 1987, p. 173).

Nestes espaços os indivíduos são moldados para se tornarem “corpos dóceis e úteis”, internalizando normas e regras. O poder, nesse contexto, não é apenas repressivo, mas também produtivo, criando sujeitos e regulando condutas. Essa forma de disciplinar os corpos surge em local estruturalmente preparado. Um exemplo muito claro e abordado amplamente por Foucault é o panóptico. Foucault (1987, p. 165-166) descreve o projeto de Bentham, que consistia em:

> [...] consistia em: [...] uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica e dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, [...] outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. [...] O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. [...] A visibilidade é uma armadilha.

O conceito de poder disciplinar está aparente através do panóptico, como um modelo arquitetônico idealizado por Jeremy Bentham, que permite a vigilância constante dos prisioneiros sem que eles saibam quando estão sendo observados. Para Foucault, o panóptico simboliza o funcionamento das instituições modernas, onde a vigilância é internalizada e os indivíduos passam a se autocontrolar. A prisão, nesse sentido, torna-se a instituição paradigmática da punição moderna.

> Esse novo poder é contínuo, disciplinar e anônimo. Qualquer um poderia operá-lo, desde que estivesse em posição de fazê-lo, e qualquer um poderia estar sujeito a seus mecanismos. O projeto tem vários propósitos. O supervisor, na torre, pode facilmente estar observando o criminoso, um louco, um trabalhador ou um estudante. Se o *panopticon* funcionasse perfeitamente, quase toda a violência interna seria eliminada. Pois se o prisioneiro nunca sabe quando está sendo observado, ele se torna seu próprio guardião. Finalmente, através do uso desse mecanismo, podemos também controlar os controladores. Aqueles que ocupam a posição central no *panopticon* estão, eles mesmos, completamente enredados em uma localização e uma ordenação de seu comportamento. Eles observam, mas, no processo de fazê-lo, também são fixados, regulados e sujeitados ao controle administrativo (Dreyfus; Rabinow, 2013, p. 248-249).

Nota-se que o panoptismo é o modelo da sociedade disciplinar, que visa vigiar os corpos e controlar suas ações, tendo como objetivo através da observação o exercício da disciplina e do poder, que permite melhorar e obter as relações de poder com a vida cotidiana dos homens, buscando construir um novo tipo de sociedade nas instituições disciplinares com mais poder e mais produção. “O panoptismo é o princípio geral de uma nova “anatomia política” cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina” (Foucault, 1987, p. 172).

Foucault conclui que a punição não é apenas uma resposta ao crime, mas um mecanismo de poder que disciplina e controla a sociedade. Ao longo do tempo, a violência explícita foi substituída por formas mais sutis e capilares de vigilância, que moldam comportamentos e perpetuam desigualdades. “Vigiar e Punir” nos obriga a refletir sobre como o poder opera em nossas vidas cotidianas, mostrando que ele não apenas reprime, mas também produz sujeitos e estratégias de controle social.

Com o surgimento do poder disciplinar a sociedade entenderá o conceito de disciplina como uma forma de controle social, a ponto de podermos visualizar diversos espaços que, para controle do indivíduo, fazem uso do poder disciplinar. Não significa que o indivíduo social seja um reflexo da prisão, contudo existiu uma matriz da qual o poder disciplinar teve seu surgimento, servindo como base para produção deste poder e sua evolução.

> As ciências sociais- psicologia, demografia, estatística, criminologia, higiene social etc. – situaram-se primeiramente em instituições de poder particulares – hospitais, prisões, administrações – onde sua função tornou-se a da especialização. Essas instituições necessitavam de discursos, essas pseudociências, essas ciências sociais, essas disciplinas desenvolvem suas próprias regras de evidência, seus próprios modos de recrutamento e exclusão, suas próprias formas disciplinares de compartimentar; porém, fazerem-no dentro do contexto mais abrangente das tecnologias disciplinares. (Dreyfus; Rabinow, 2013, p. 211).

Atente-se que as formas de punição, ao longo do tempo, desde o suplício, ao pensamento reformador do século XVIII até a humanização dos castigos, promovem a economia do poder de punir e um jogo múltiplo dos poderes, tendo como objetivo a disciplina e objeto principal o corpo.

No suplício, a disciplina encontra-se no sacrifício do corpo e em sua destruição, posteriormente, o que temos é a apropriação deste corpo, com intuito de aproveitá-lo ao máximo com a intenção de possibilitar a formação, educação e obediência. Segundo Foucault (1987, p. 119):

> O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil e inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. [...] ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.

A disciplina, para Foucault, é ter domínio sobre o corpo dos outros, para que façam e operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. E diz ainda que a disciplina é, no fundo, o mecanismo do poder pelo qual conseguimos controlar no corpo social, os indivíduos. Técnicas de individualização do poder. Como vigiar a alguém, controlar sua conduta, seu comportamento, atitudes, como intensificar seu rendimento, multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde será mais útil (Foucault, 2008).

Logo, através da disciplina, tem-se uma meta a ser alcançada que acaba se tornando a responsável em manter o nível de aprendizado aceitável. Manter o indivíduo em um regime disciplinar, produzindo em todo o tempo e impondo o poder como forma de utilizar o tempo com o máximo de proveito, torna-se o objetivo final.

O poder disciplinar é instigante e não seria possível sua abordagem em um único tópico; contudo, nosso ponto central são os dispositivos foucaultianos, que serão abordados em momento oportuno, trouxemos o conceito de poder e seus exemplos a fim de que estes sejam identificados quando falarmos de dispositivos.

3 OS DISPOSITIVOS

A discussão central do presente é identificar o termo dispositivo, usado por Foucault. Nesse contexto, cabem os seguintes questionamentos: em que consiste o termo dispositivo no pensamento de Michel Foucault? E qual a importância filosófica de tal conceito?

Michel Foucault, quando trata do termo dispositivo, segue a mesma estrutura conceitual que permeia toda sua filosofia. Desta forma, parte de um ponto fixo, mas não permite que o conceito se modele a um padrão estático. Assim, usaremos o conceito de dispositivo caracterizado por Foucault quando da abordagem do tema entre as décadas de 1970 e 1980, porém, aplicaremos o conceito em instituições atuais específicas, não perdendo qualquer efetivação conceitual.

É possível identificar em suas obras a caracterização do termo dispositivo, bem como a ligação do vocábulo com poder e suas relações. Pela compreensão de dispositivo entendemos a ligação que se efetiva entre instituições, discursos, tratados morais e filosóficos, organizações arquitetônicas, enunciados científicos, melhor dizendo “[...] o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 2001, p. 244).

Giorgio Agamben, em algumas obras, aborda, a partir de Foucault, não só o termo dispositivo, mas também, a forma que o francês aborda seus conceitos.

> O paradigma foucaultiano é as duas coisas ao mesmo tempo: não apenas exemplar e modelo, que impõe a constituição de uma ciência normal, mas também e sobretudo exemplum, que permite reunir enunciados e práticas discursivas num novo conjunto inteligível e num novo contexto problemático. (Agamben, 2009, p. 23).

Portanto, dispositivo é exemplar e modelo desta forma de linguagem em Foucault.

Após, Agamben (2009, p. 114) direciona a forma de escrita em Foucault: “[...] numa palavra, procurar em cada evento a assinatura que o significa e específica e em cada assinatura o evento e o signo que o portam e condicionam”. De fato, é característico de Foucault esta abordagem.

No Vocabulário de Foucault, Castro (2016, p. 124) expõe e delimita a noção do termo dispositivo para o filósofo francês:

> 1) O dispositivo é uma rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos,

> leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre os elementos heterogêneos. [...] 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem assim uma função estratégica. 4) Além da estrutura de elementos heterogêneos, um dispositivo se define por sua gênese. A este respeito Foucault distingue dois momentos essenciais. Um primeiro momento do predomínio do objetivo estratégico; um segundo momento, a constituição do dispositivo propriamente dito. 5) O dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo e negativo, querido ou não querido, entra em ressonância ou em contradição com os outros e exige um reajuste.

Portanto, Castro elenca como características centrais do termo dispositivo em Foucault: rede de relações, nexos de heterogeneidade, função estratégica, definido por uma gênese, a exigência de ajuste com os demais dispositivos.

Foucault entende por dispositivo “[...] um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (Foucault, 2001, p. 244), ou seja, Foucault coloca uma série de noções com a finalidade de estabelecer se os dispositivos se mostram adequados ou não para aquele momento. Assim, podemos identificar o surgimento de um dispositivo, e posteriormente o desuso deste com o surgimento de um novo, ou ainda a permanência ao longo do tempo.

Ou seja, o termo dispositivo pode ser usado para identificar algo que não é atemporal; está em constante transformação, se produzindo e reproduzindo de acordo com o momento histórico, e não está centralizado em um processo, mas sim ligado entre saber e poder, através de um dado acontecimento. Logo, cada dispositivo possui suas peculiaridades, contudo, nenhum se sobrepõe ao outro, mesmo alguns sendo mais perceptíveis que outros.

Destaca-se inicialmente a existência de uma conexão e desordem nos dispositivos, uma vez que o que os compõe é um conjunto de elementos distintos sendo que estes elementos podem ser vistos através das redes que formam este dispositivo. Segundo Deleuze (1996, p. 89): “O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo”.

~~E~~ Agamben continua a interpretação de Foucault e, em sua obra “O que é o contemporâneo? e outros ensaios”, estabelece hipóteses para o termo dispositivo, compreendendo que “questões terminológicas são importantes para filosofia”

(Agamben, 2009, p. 27). Por isso, elucida que dispositivo é um termo decisivo em Foucault, que começa a utilizá-lo a partir da década de setenta, como um conjunto que engloba o âmbito discursivo e não discursivo, tendo uma função estratégica nas relações de poder, e possuindo resultado direto dentro dessas relações.

O filósofo italiano afirma que, antes de utilizar o termo “dispositivo”, Foucault utilizava o termo *positivité* (positividade), supostamente retirado de Hyppolite, igualmente sem definição. Assim, o termo “positividade” tem em Hegel o seu lugar próprio na oposição entre religião natural e religião positiva. Enquanto a religião natural diz respeito à imediata e geral relação da razão humana com o divino, a religião positiva, ou histórica, compreende o conjunto das crenças, das regras e dos ritos que numa determinada sociedade e num determinado momento histórico são impostos aos indivíduos (Agamben, 2009, p. 30-31).

Desta maneira Agamben afirma que Foucault:

> [...] tomando emprestado o termo (que se tornará mais tarde dispositivo), toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam nas relações de poder. (Agamben, 2009, p. 32).

Portanto, podemos dizer que Agamben demonstrou que o conceito de dispositivo em Foucault assume lugar universal em sua filosofia, ou seja, se trata de um conceito que opera em caráter geral, o que de fato é fidedigno. “Certamente o termo, no uso comum como foucaultiano parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos [...] que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais imediato” (Agamben, 2009, p. 35). Portanto, Agamben é um filósofo muito profícuo para auxiliar a compreensão do que é dispositivo em Foucault, ou ao menos, para lançar novas percepções sobre o tema.

Michel Foucault chega próximo a uma definição na entrevista realizada em 1977, após a publicação de sua obra “História da sexualidade I”. Pelo termo dispositivo, o filósofo descreve:

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito e não dito são elementos do dispositivo. O próprio dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] Entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [...] Em terceiro lugar, entendo dispositivo como

> um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (Foucault, 2001, p. 299).

Logo, entendemos que o termo dispositivo possui uma função estratégica, como conceito central do método genealógico, ou seja, a abordagem que Foucault faz com relação ao termo dispositivo é uma abordagem de investigação que visa compreender a emergência de configurações singulares de sujeitos, objetos e significações nas relações de poder. Para Foucault, o dispositivo consiste em "[...] estratégias de relações de força suportando tipos saber, e suportado por elas" (Foucault, 2001. p. 300).

Um segundo ponto que merece destaque é que, os dispositivos atuam como ferramentas de construção e formação dos indivíduos, na tentativa de resolver este problema a partir da consideração de sua heterogeneidade, ou seja, de ser constituído por elementos de níveis discursivos e não discursivos; de sua emergência, ou seja, dos tipos de relações que podem ser geradas através destes elementos heterogêneos, sendo assim, relações que não se configuram necessariamente através de uma ordem ou de uma harmonia; por fim, o status de sua urgência é mais um elemento salientado por Foucault.

Neste sentido, voltando ao estudo das prisões, o filósofo exemplifica o termo dispositivo com o modelo de prisão da Filadélfia; a qual impunha trabalhos forçados aos prisioneiros e controlava suas tarefas, visando torná-los economicamente rentáveis. Foucault afirma:

> São dispositivos voltados para o futuro, e organizados para bloquear a repetição do delito. O objetivo das penas não é a expiação do crime cuja determinação deve ser deixada ao Ser supremo; mas prevenir os delitos da mesma espécie. [...] a prevenção é o único fim do castigo. (Foucault, 2007, p. 104).

Desse modo, a fim de tornar compreensível o referido termo, façamos uma breve abordagem da questão das prisões e dispositivos. É certo que Foucault dedica parte de seus estudos para análise das prisões do século XVIII, sendo possível identificar as generalidades que formam o dispositivo nas prisões: a arquitetura formada por celas, na qual o condenado é inserido (visando seu isolamento e reflexão diante do ato praticado), os discursos ministrados no interior da casa prisional que determinam um padrão de normalidade, até mesmo bíblias, que possuem a finalidade de que os detentos se arrependam pela prática do mal feito, todos estes elementos

constituem o dispositivo de punição e prisão,tratamos do dispositivo disciplinar no segundo capítulo do presente estudo.

Neste contexto específico, os dispositivos de aprisionamento visavam à constituição de um novo sujeito, sob a perspectiva econômica, e não objetivavam a punição como forma de apagar o crime cometido, em outras palavras, entendeu-se que poderia se ter um ganho/lucro com o prisioneiro, e para tanto, criou-se mecanismos capazes de gerenciar o encarcerado, a fim de torná-lo lucrativo.

Igualmente, podemos nos reportar à entidade familiar: a forma que os pais agem em relação aos seus filhos, desde a vestimenta, estrutura de ensino, e ao reprimi-los quando agem inadequadamente; são padrões de ações dos adultos sobre sua prole. Deste modo, através das palavras de Michel Foucault a dinâmica acima descrita acaba por "[...] incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar" (Foucault, 2005, p. 78), o que acarreta a construção do sujeito. Assim sendo, as crianças são constituídas enquanto sujeitos, através das ações de seus pais, e igualmente seus pais o são, pelas ações realizadas. Constatando que "[...] me constituo como sujeito através de um certo número de relações de poder que são exercidas sobre mim e que exerço sobre os outros" (Foucault, 2005, p.327).

Como se nota, existe uma série de componentes distintos que são posicionados, a fim de criar um arranjo para atuação do poder. Logo, as nuances que formulam o conceito de dispositivo são amplas. Vejamos mais um exemplo, quando Foucault aborda o dispositivo sexual:

> A família [...] é uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis. A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e das crianças, a segregação entre meninos e meninas, as regras estritas sobre os cuidados com os bebês, a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugerido pelos pais, as exortações, os segredos, os medos, e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviçais, tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis. (Foucault, 2007, p. 54).

Tanto Foucault ~~e~~ quanto Agamben afirmam que o termo dispositivo é uma forma que elementos heterogêneos vão se entrelaçar, isto é, se refere a um determinado modo de funcionamento de práticas que se inserem em um conjunto de poder, uma ordem de relações de poder e suas respectivas tensões internas. Ainda, considera-se que os dispositivos podem ser táticos, compondo determinada estratégia, como também, podem conceber a própria estratégia: escolas, família,

igreja, exército, governo, são dispositivos. Por sua vez, o filósofo Giorgio Agamben partindo da premissa foucaultiana de dispositivo o complementa da seguinte forma:

> O termo dispositivo nomeia aquilo em que é por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito. (Agamben, 2009, p. 38).

Naturalmente, se entendermos poder como uma forma de conduzir o outro, Agamben se equipara a Foucault, precisamente na ideia de um poder que controla, conduz e gere a conduta do sujeito, e ao realizar essas ações produz esse sujeito. O filósofo francês, em "A Vondade de saber*",* assim dispõe:

> Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constituem sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (Foucault, 1978, p. 64).

Certo é que os dispositivos implicam em uma mudança no sujeito, exemplo dessa subjetivação do indivíduo, é o dispositivo disciplinar, exercido no caso das prisões, onde o corpo do indivíduo é submetido a disciplina, a fim de torná-lo dócil e útil.

Ao discorrer sobre o tema, Michel Foucault, afirma:

> [...] que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo e diminui essas mesmas forças. (Foucault, 2007, p. 118-119).

Outra particularidade dos dispositivos é que eles estão ligados a relações de poder "[...] estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que eles nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles" (Foucault, 1979, p. 246). Registra-se que o poder está presente em todas as partes da sociedade e para Foucault este poder não pode servir como instrumento de domínio. Contudo, entende que o poder é exercido em rede e em "[...]suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação" (Foucault, 1979, p. 183).

Foucault, em sua obra História da sexualidade I- A vontade de saber, evidencia:

> O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmo-nos menos a uma teoria do que para uma analítica do poder: uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-los. (Foucault, 1988, p. 92).

Ainda, no curso ministrado em 1983, nomeado “O Governo de si e dos Outros”, Foucault, menciona:

> [...]tratava-se de analisar [...] as matrizes normativas de um comportamento. [...] Não em analisar o Poder com “P” maiúsculo, nem tampouco as instituições de poder ou suas formas gerais ou institucionais de dominação, mas em estudar as técnicas ou procedimentos pelos quais se empreende conduzir a conduta dos outros. (Foucault, 2010, p. 06).

Assim, a noção do termo dispositivo se dará justamente no contexto da análise de poder, e apesar da noção do termo dispositivo estar inserida em “Vigiar e Punir” (1975); somente em “Vontade de Saber” (1976) que o referido termo ganha destaque. Contudo, na obra ‘Sobre a História da sexualidade’ o conceito ganha amplitude. Desta maneira, Foucault afirma que dispositivo consiste em uma rede que se pode estabelecer entre um conjunto de elementos heterogêneos – enunciados científicos, concepções filosóficas, princípios religiosos, técnicas fiscais de controle corporal, organizações arquitetônicas, regulamentos administrativos. Articulando assim, elementos não discursivos e discursivos com uma função estratégica específica e dominante (Foucault, 2004, p. 244).

Percebe-se que, com o conceito, de dispositivo é possível instituir, produzir ou fabricar a realidade, os objetos e igualmente, os sujeitos; com base em regras e escolhas para alcançar determinado objetivo. Afinal, dentre as diversas questões da contemporaneidade que Foucault se dedicou em analisar, está o sujeito, suas estruturas e os dispositivos, e igualmente a relação de dominação entre elas. Isto ~~é~~ é, “não é o fato de uma dominação global de um sobre os outros, a de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade” (Foucault, 2004, p. 181). Entende-se o dispositivo como uma estrutura de ligação, através da qual, se desenvolve o poder e suas relações. Cabe assim, identificarmos estas estruturas e ponderar o que se busca através da utilização destas, tendo em vista que, a criação do dispositivo tem um objetivo específico.

Segue Foucault (2010, p. 13, grifo nosso): *“o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes*

dispositivos de poder, que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas". Pode-se dizer que existe uma multiplicidade de dispositivos, podendo todos conviver simultaneamente, tais como soberania, disciplina, mercado. Assim, dispositivo vai ser um princípio de organização que Foucault utilizará para adentrar nos mais diversos universos, e onde o poder irá atuar, se dando através das relações em determinado espaço.

Nesta busca por evidenciar o poder, Foucault abordará as mais diversas formas de dispositivo, tais como: dispositivos disciplinares, dispositivo carcerário, dispositivo de poder, dispositivo de saber, dispositivo de sexualidade, dispositivo de aliança, dispositivo de verdade, dentre outros.

Importante destacar que os dispositivos vão se adaptando conforme a história em que estão inseridos, constituindo-se sempre novos dispositivos, Foucault afirma:

> Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos, apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenham papéis distintos. (Foucault, 2012, p. 55).

A citação supra corrobora para o entendimento de que, os dispositivos são criados em conformidade com o momento histórico, ou seja, surgem devido a urgência do momento. Há uma multiplicidade de dispositivos, bem como a sobreposição de alguns diante da criação de novos. E o filósofo francês continua:

> A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. (Foucault, 2001, p. 1571).

Neste ponto, Foucault e Agamben convergem, precisamente, no ponto em que existe um poder, e este controla, gera e conduz os indivíduos. E desta forma, através disso, o indivíduo é moldado.

> Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivos qualquer coisa que tenha algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a

> agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata- provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar. (Agamben, 2009, p. 40-41).

Para Foucault, o dispositivo sempre causará um processo de subjetivação no indivíduo, e com o termo "*subjetivação*" Foucault entende uma atividade que o sujeito realiza sobre si mesmo a fim de transformá-lo. Contudo, Agamben ao utilizar o termo "subjetivação" entende uma forma de passividade entre viventes e dispositivos, ou seja, os dispositivos já não são mais uma forma de transformação do sujeito; estando este sujeito passível de submissão ao dispositivo.

Evidencia-se que, quando Agamben situa dispositivos em um novo contexto, ele propõe uma divisão binária: de um lado os seres viventes; e de outro, os dispositivos em que os seres viventes se encontram constantemente capturados. Assim, a verdadeira contribuição de Agamben para o termo dispositivos de Foucault se inicia quando o italiano cria uma problematização do termo, vinculando dispositivos a um contexto capitalista contemporâneo, momento em que os dispositivos se proliferam. Isto é "[...] ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação" (Agamben, 2009, p. 41). Dito que, para Agamben ser sujeito é o resultado do corpo a corpo dos viventes com os dispositivos.

Entendemos que, com a evolução histórica ocorreu uma crescente proliferação dos dispositivos, assim como Agamben se refere. Esse fenômeno se faz presente, uma vez que os dispositivos ao longo da história sofreram alterações, e diversos deles já não possuem como característica central a mudança do indivíduo, a subjetivação que Foucault abordava. Assim, se faz necessário a existência de novos dispositivos buscando justamente essa transformação do sujeito.

Para Veiga (2016, p. 415): "Foucault está preocupado em "extrair" os "operadores de dominação" das "relações de poder". Na sua análise do poder, ele busca mostrar que o poder deriva desses tais "operadores", sejam eles denominados aqui de "operadores de dominação" ou "dispositivos de dominação".

E, a respeito da abordagem realizada por Agamben, continua:

> O deslocamento de foco, mesmo que pequeno, para os "sujeitos" e, nisto, para a relação de sujeição diante do conjunto dos operadores ou dispositivos de dominação. Ou seja, "não perguntar aos sujeitos como, por que, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar", mas sim interrogar sobre o processo em curso das relações de dominação, as quais "fabricam

> sujeitos". Este deslocamento, mesmo aqui em forma inicial, inaugura a discussão dos processos de subjetivação. (Veiga, 2016, p. 416).

Assim, uma vez que a proliferação dos dispositivos fabrica a postura dos indivíduos, resta pensar numa possibilidade de antagonismo, ou—seja, de um contradispositivo. Neste contexto, Agamben entende por profanação "liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum" (Agamben, 2009, p. 44).

Com efeito, segundo Agamben, o exercício do poder pelo qual os dispositivos se concretizam se caracteriza por meio do processo de subjetivação, como por exemplo pecador/confissão. Contudo, para o italiano, os dispositivos já não agem mais deste modo, senão "por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação" (Agamben, 2009, p. 47). Denota-se aqui um distanciamento entre os filósofos, no que tange a subjetivação do indivíduo. Para Foucault subjetivação é a atividade que o sujeito realiza sobre si, a fim de transformá-lo. Já Agamben, entende o termo como sujeição, uma forma de pacificação do sujeito.

Entende-se que o sujeito, para Foucault, é um ser constantemente vigiado, controlado em todos seus aspectos, o que determina por vez a subjetividade do indivíduo, conforme aborda:

> A questão é determinar o que é o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu status, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento, trata-se de determinar seu modo de 'subjetivação'[...] Mas a questão é também e ao mesmo tempo determinar em que condições alguma coisa pôde se tornar objeto de conhecimento, [...] trata-se portanto, de determinar seu modo de "objetivação'" (Foucault, 2004, p. 235).

Por sua vez, Agamben, ainda, entende que, devido a proliferação dos dispositivos é necessário se pensar a resistência quanto ao uso destes dispositivos, uma vez que, compreende que com o capitalismo, os dispositivos não geram mais uma subjetivação do sujeito, como restava evidente no poder disciplinar que detinham as penitenciárias do século XVIII, tornando os corpos dóceis e úteis.

O processo que se tem com o capitalismo pode ser chamado de dessubjetivação do sujeito, onde o ser não possui mais uma transformação quando em contato com os dispositivos, mas sim, e tão somente, uma passividade diante destes. Agamben alerta que esta passividade do sujeito pode ser catastrófica para sociedade.

Foucault, em entrevista de 1971 afirma que o necessário “é compreender os sistemas implícitos que determinam, sem que disso tenhamos consciência, nossas condutas as mais familiares. Tento, portanto, tomar distância em relação a esses sistemas e mostrar de que maneira seria possível escapar-lhes” (Foucault, 2001, p. 1060). Contudo, entende-se que, para ambos, o ponto central do conceito de dispositivo está em se tratar de uma reunião de elementos heterogêneos, a construção de realidades, espaços e sujeitos.

O também francês Gilles Deleuze, que dedica parte de sua obra aos estudos de Foucault, traz novas características para o termo dispositivo, a partir de Michel Foucault. Para aquele, o dispositivo é um mecanismo multidisciplinar, contando com um conjunto de elementos ligados por linhas de poder, de saber e de subjetividade.

Se para Foucault dispositivo é um instrumento através do qual o poder é exercido, Deleuze acrescenta a essa definição que o dispositivo se trata de um instrumento que possui linhas que se movem conforme os jogos de poder, ou seja, estas linhas se movimentam como meio de articulação das partes que irão compor o conjunto referente ao dispositivo.

Conforme Deleuze (2013, p. 158), o dispositivo:

> É, antes de mais nada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam nem envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como objeto, sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está submetida a derivações. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores.

Deleuze classifica os dispositivos através de uma multiplicidade de linhas, sendo estas complexas e dinâmicas, as quais se manifestam nas mais variáveis formas, destacando que “todo dispositivo se define pois, por seu teor de novidade e criatividade, o qual marca ao mesmo tempo sua capacidade de transformar-se ou de fissurar-se em proveito de um dispositivo do futuro” (Deleuze, 2013, p. 159).

Seguindo, Gilles Deleuze, ao retratar os dispositivos através de Foucault, afirma que “dispositivo é a correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos” (Deleuze, 2013, p. 46). Este parece compreender os dispositivos como um princípio organizacional através do qual se conjectura as relações de poder, incluindo a verdade e os efeitos sobre o sujeito.

Sendo assim, para Deleuze, dispositivo apresenta uma *multilinearidade*, ou seja, existem vários elementos que compõem determinado dispositivo, e são relacionados por uma multiplicidade de linhas através de um sistema complexo e dinâmico, variando através de um procedimento de unificação, totalização, de objetificação e de subjetivação que são realizados pelo dispositivo. Deleuze afirma: "[...] Assim, existe também correlação, pressuposição recíproca entre causa e o efeito entre a máquina abstracta e os agenciamentos concretos (é a estes últimos que Foucault reserva com mais frequência o nome de 'dispositivos)" (Deleuze, 1998, p. 61-62). Tais linhas, irão se manifestar das mais diversas formas, de acordo com seu modo de operação. Podemos destacar as linhas de visibilidade, de enunciação, de força, e de subjetivação.

As linhas de visibilidade são formadas por curvas de luz que implementam figuras variadas, essas linhas serão responsáveis pela distribuição do que é visível e do que é invisível dentro do dispositivo. Podemos assim dizer que, as linhas de visibilidade permitem *"ver"* determinado elemento do dispositivo. Outrossim, cada dispositivo possui sua visibilidade, tratando-se de característica distinta. Logo, podemos destacar as linhas de visibilidade quando Foucault aborda o dispositivo da prisão, ao fazer referência ao panóptico:

> O *panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas; uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (Foucault, 2010, p. 190, *grifo do autor*).

No panóptico, ou ainda, no dispositivo da prisão, as chamadas linhas de visibilidade irão se apresentar como uma estratégia de poder, isto é, através do projeto arquitetônico prisional do panóptico o prisioneiro é visto por quem o vigia, sem ver o vigilante, assim, a luz (linhas de visibilidade) é distribuída de maneira sistemática, a fim de determinar, intencionalmente, o que pode ou não ser visto.

Já as linhas de enunciação trazem a historicidade ao dispositivo, que pode ser escrita ou não. Assim, levando em consideração que o dispositivo atua com intuito de sanar uma urgência histórica, consequentemente, a incitação ou censura da enunciação do dispositivo levará em conta o cenário vivenciado. Certo é que, o poder busca produzir uma realidade (aceita pela maioria) e neste decurso é construído um sistema que determinará o que é enunciável e o que não será.

Foucault, em “Nascimento da Biopolítica”, dispõe:

> O que rege os enunciados e a forma como eles se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, consequentemente, suscetíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimento científico. Nesse nível, não se trata de saber qual é poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global. (Foucault, 2021, p. 39).

Igualmente, em 1976, quando ministra uma de suas aulas, posteriormente publicada no livro “Em Defesa da Sociedade”, Michel Foucault afirma:

> Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder, a partir dele em uma certa economia dos discursos de verdade. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Isso é verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa essa relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular. (Foucault, 2010, p. 4).

Em outras palavras, as circunstâncias que envolvem o sujeito são determinadas por regimes de luz e regimes de enunciado. Pragmaticamente, isto significa que, na sistemática da produção de saber, um discurso pode ser tanto reprimido quanto estimulado. É através do discurso, ou seja, do que é revelado em pormenores, que os saberes podem ser constituídos, sendo perceptível nos escritos foucaultianos tais elementos, conforme percebe-se nas citações supra.

Em terceiro lugar, temos as chamadas linhas de força, que são entendidas por Deleuze como:

> Um dispositivo comporta linhas de força que vão de um ponto singular a outro, nas linhas de luz e nas linhas de enunciação; de modo, elas retificam as curvas dessas linhas, tiram tangentes, cobrem os trajetos de uma linha a outra, estabelecem o intercambio entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que deixem, no entanto, de conduzir a batalha.

Podemos entender que as linhas de luz e de enunciado são linhas curvas, que se amoldam e variam de acordo com o regime do dispositivo, que por sua vez, é dinâmico. Já, as chamadas linhas de força, irão conduzir os movimentos das linhas de luz e de enunciado. *"É a dimensão do poder, e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha composta com o saber, tal como o poder".* Portanto, há uma interdependência entre as linhas de força e as linhas de luz e de enunciado. Podemos correlacionar linhas de força como poder e linhas de luz e de enunciado como saber, e assim, o saber fornece o objeto para atuação do poder, sendo o saber, produzido/articulado através dos meios de articulação do visível e do dito pelas táticas conjunturais.

Por fim, mas não menos importante que as linhas supradescritas, Deleuze aborda as linhas de subjetivação, que corresponde a produção da subjetividade interna do dispositivo, se manifestando como uma resposta às linhas de força. É por meio delas que o indivíduo se constitui sujeito, resistindo aos poderes e saberes exercidos.

Assim, a fim de identificar as linhas de subjetividade na obra de Foucault, Deleuze descreve:

> Foucault distingue o dispositivo da Cidade ateniense como um lugar de invenção de uma subjetivação: é que, conforme a definição original que lhe dá, a cidade inventa uma linha de força que passa pela rivalidade entre homens livres. Ora, da linha sobre a qual um homem livre pode dar ordens a outros, destaca-se uma outra diferente, segundo a qual aquele que dá ordem a homens livres deve ser mestre de si próprio. São essas regras facultativas da orientação de si próprio que constituem uma subjetivação autônoma, mesmo se esta é chamada, em consequência disso, a fornecer novos saberes e a inspirar novos poderes.

Desta forma, entendemos que o dispositivo é composto por estas principais linhas: de luz, de enunciado, de força e de subjetivação, que funcionam como condutores internos da configuração do dispositivo, e, por meio do estudo destas linhas é possível fazer algumas observações sobre dispositivo: Primeiro, os dispositivos não são universais, cada um possui um modo de articulação e regime próprio, inexistindo assim, um modo pelo qual os dispositivos se ajustam. Ainda, o dispositivo é relacionado a um contexto específico e de configurações únicas. Observamos:

> Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes. O uno, o todo, o verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas

> processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir; distintos dos que operam em outro dispositivo.

Ainda, Deleuze sustenta que o dispositivo não é imóvel e eterno, estando em constante modificação, uma vez que as linhas são dinâmicas e podem, a qualquer momento, originar novas configurações de poder-saber-subjetividade, e consequentemente transmutar o dispositivo existente. O filósofo não nega a existência de dispositivos estáticos. Contudo, a característica principal do dispositivo é seu dinamismo, que traz um constante embate entre forças e resistências, sendo justamente esses embates que tendem a originar novos dispositivos, os quais podem ou não ser diversos dos já existentes.

Logo, a leitura realizada por Deleuze do termo dispositivo se aproxima a de Foucault, uma vez que ambos tratam dispositivo como algo multilinear, justificando um conjunto de processos particulares e temporários. Ainda, estas características restam evidentes na medida em que o poder igualmente aparece neste mesmo contexto, como denota Roberto Machado (1985, p. X-XI):

> Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Esta razão, no entanto, não é suficiente, pois, na realidade, deixa sempre aberta a possibilidade de se procurar reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder através de uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal.

Entende-se que existe uma aproximação entre dispositivo e poder, e isso se dará através de uma relação.

> [...] toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceito que clarificam os dados – organizados – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado. (Machado, 1985, p. X-XI).

De fato, tanto Deleuze quanto Agamben apontam para o fato de que o conceito de dispositivo diz respeito ao entendimento das relações de poder e seus efeitos diversos. Entendendo dispositivo como algo adaptável, podendo este ser sistematicamente reformulado diante do momento em que é apresentado, inclusive a partir de uma autodeterminação subjetiva, concepção esta apresentada igualmente por Foucault, quando recusa a ideia do eterno e universal. No dispositivo, pelo

contrário, a multilinearidade parece ser a chave para justificar um conjunto de processos particulares e temporários.

Entende-se que o dispositivo, através da explicação de Foucault, pode ser compreendido a partir de três características centrais: sua heterogeneidade, ou seja, a reunião de elementos dispersos, não necessariamente pertencentes a uma mesma esfera de análise nem a um mesmo nível de análise; a emergência: de natureza dispersa e não necessariamente entendida como fruto da coerência entre uma instituição consolidada e a ordem social ou como harmonia entre elementos que funcionam como um organismo e ao fim, a urgência: o dispositivo é elemento de função estratégica dominante, está no miolo do jogo do poder e resolve problemas locais e temporais.

Entendendo o conceito de dispositivo, neste momento passaremos a exemplificar brevemente alguns dispositivos, bem como caracterizando-os através de Michel Foucault.

3.1 DISPOSITIVO EDUCACIONAL

Entendemos a existência de um padrão quando se trata de educação, independentemente do nível abordado. Identificam-se algumas diferenças mínimas; contudo, quando nos permitimos identificar o tema existem características fixas que aparecem em todos os níveis.

A unidade escolar se trata de uma organização estrutural (lugar), sendo que neste espaço há uma organização, existindo ali alunos e professores, cada qual com seu poder e munido de um discurso específico, sendo que através deste processo escolar tanto aluno quanto professor irão viver experiências, necessárias, e sairão modificados, através de um processo de subjetivação individual.

Sob esta perspectiva, podemos concluir a existência de diversas relações no âmbito escolar: seja através da disciplina, discurso, trabalho.

Foucault entende que nas escolas a disciplina é moldada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso.

Sabe-se que esta disciplina é antiga, começou há muito tempo nos colégios medievais, mas foi a partir do século XVIII que ela foi refinada expandindo-se para escolas, para o exército, os hospitais e, no século XIX, para as fábricas. Entende-se que existem mecanismos para ajustar o aluno que funcionam simultaneamente nas

instituições, como as filas, classes, horários; e como operadores pedagógicos os testes, o treinamento de habilidades, a avaliação das capacidades. Formando-se um tipo de saber, ainda:

> O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (Foucault, 1977, p. 164-165).

Diante destas poucas observações realizadas no âmbito escolar, percebemos enraizados muitos dos principais estudos foucaultianos. Desde a estrutura, o espaço físico, a disposição dos mobiliários, dos brinquedos e até mesmo o indivíduo e a forma que ele é inserido no ambiente escolar, demonstram como essa relação de poder entre os sujeitos é muito presente. Logo, estas são nossas breves considerações sobre este dispositivo de controle social.

3.2 VIGILÂNCIA HIERÁRQUICA

O contexto prisional foi identificado vastamente por Foucault em sua obra “Vigiar e Punir”, de 1975. O que impressiona é que a forma que o filósofo identifica o sistema prisional, as formas de punições, a hierarquia, passando pela disciplina e corpo do indivíduo obteve poucas mudanças ao longo desse tempo.

Existem várias formas de análise desta obra, a qual contém um vasto conteúdo de estudo, possibilitando diversas discussões e aprofundamentos. Assim, vamos abordar a questão da vigilância hierárquica, como dispositivo de controle do indivíduo.

Entende-se que, esta vigilância se dará através do poder disciplinar, ou seja, através de técnicas que permitirão esta vigilância, adequando o encarcerado àquele meio em que está inserido. Discorre Foucault*: “um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e de onde, em troca, os meios de correção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”* (Foucault, 1975, p. 165, *grifo nosso*). Essa técnica descrita por Foucault, deriva de um modelo militar, que era visto como ideal, através do qual o sujeito se identificava através de um número, posto em uma fila, e ficava à disposição de seu superior, sendo controlado através daquele. Afirma Foucault (1975, p. 166):

> Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios) ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento e modificá-los.

Aqui identificamos essa vigilância hierarquizada na instituição prisional, contudo, é perfeitamente possível identificar esse dispositivo de controle em um hospital psiquiátrico, em uma igreja ou em uma fábrica, obviamente que teriam algumas adaptações, contudo a forma basilar da vigilância é a mesma.

Foucault aborda a vigilância hierárquica exercida nas fábricas:

> À medida que o aparelho de produção se torna mais importante e mais complexo, à medida que aumentam o número de operários e a divisão de trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar torna-se então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção; deve duplicá-lo em todo seu cumprimento. Um pessoal especializado torna-se indispensável, constantemente presente, e distinto dos operários. (Foucault, 1975, p. 168).

Logo, a forma de vigilância nas instituições foi sendo modificada ao longo dos anos, com o intuito de buscar um maior controle no ambiente. “[...] *É preciso decompor suas instâncias, mas para aumentar sua função produtora. Especificar a vigilância e torná-la funcional”* (Foucault, 1975, p. 168, *grifo nosso*), considera-se que é necessário que esta vigilância seja realizada de forma específica dentro de cada ambiente, a fim de que traga maior resultado.

Assim, entende-se que essa vigilância hierárquica foi adaptando-se gradativamente, a fim de se adaptar nos ambientes em que está inserida, sendo decisiva para que se exerça o controle que se busca.

> O poder de vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. (Foucault, 1975, p. 170).

Neste contexto, o poder disciplinar sustenta a vigilância hierarquizada, que funciona ininterruptamente nos mais diversos ambientes e possibilita que através do

sistema de vigilância o indivíduo siga as regras, seja fazer ou não fazer, uma vez que se não assim o fizer deverá ser penalizado.

> Graças às técnicas de vigilância, a "física" do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos "corporal" por ser mais sabiamente "físico". (Foucault, 1975, p. 170-171).

Concluímos, através de Foucault, que o sistema de vigilância é um dispositivo de controle, o qual se vale de instrumentos específicos (olhar hierárquico), a fim de obter, através de um processo de subjetivação do indivíduo determinado funcionamento social.

3.3 O DISCURSO

Em sua aula inaugural no Collège de France, de 1970, Foucault se debruça em estudar o discurso, como um dispositivo. Michel Foucault aborda a produção dos discursos, os procedimentos que atuam no controle de sua produção, assim como os procedimentos que visam delimitar, os sujeitos que podem atuar na produção discursiva. Foucault percebe o discurso como "reverberação" de uma verdade que nasce diante dos olhos do próprio sujeito. São enunciados materialmente existentes, podendo ser tanto escrito como pronunciado, proposições que adquirem caráter de verdadeiras passando a constituir princípios aceitáveis de comportamento (Foucault, 2013).

Ao mesmo tempo Foucault afirma que os discursos devem ser percebidos enquanto práticas descontínuas, que por ora se cruzam, e por outras se ignoram ou se excluem, atesta ainda, que as imagens, podem atuar tanto na materialização de discursos, assim como atuar como mecanismos de produção e funcionamento dos mesmos.

O pensador nos apresenta uma série de mecanismos que tendem a controlar a produção dos discursos na sociedade, na medida em que nestas "a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (Foucault, 2013, p. 9).

A concepção foucaultiana de discurso se traduz numa existência destinada a se apagar em um determinado momento, que não cabe a nós decidirmos, se refere a um fazer-se cotidianamente, embrenhado de poderes e ao mesmo tempo perigos, por vezes inimagináveis, pressupõe “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras, cujo uso a muito tempo reduziu as asperezas” (Foucault, 2013, p. 8). Com essa afirmação, Foucault nos mostra que os discursos passam por uma produção que é controlada por aqueles “habilitados” para fazê-lo, podem ainda ser percebidos como práticas discursivas definidas pelos status do sujeito que fala, a partir dos lugares em que este fala, considerando as posições que assume quando fala.

O filósofo assevera ainda que as interdições que cercam a produção dos discursos denotam sua ligação com o poder e com o desejo. Os discursos, em Foucault, não são meramente aquilo que manifesta o desejo, mas, se inscreve naquilo que também é objeto de desejo, e completa afirmando que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2013, p. 10).

Foucault nos apresenta os procedimentos de delimitação da produção dos discursos, assim como as imposições aos sujeitos do discurso (aqueles que atuam como produtores de discursos). Em primeiro momento, o pensador expõe os procedimentos externos de controle do discurso, que correspondem a interdição, a separação/rejeição e a vontade de verdade; estes, determinam os espaços pelos quais os sujeitos podem ou não falar e/ou circular. Há também, os procedimentos internos, que compreendem o comentário, o princípio de autoria, e as disciplinas, estes por sua vez, agem sobre os sujeitos na produção e na circulação dos discursos.

Os procedimentos de controle e delimitação do discurso, sugerem que o mesmo seja compreendido como prática, envolvendo sujeitos e situações de enunciação. Dadas as considerações a respeito do controle da produção dos discursos, Foucault afirma que ainda há um grupo de procedimentos que visam impor aos sujeitos que os pronunciam, um conjunto de regras, que agem também como meio de impedir que todos tenham acesso aos discursos, pois segundo Foucault (2013, p. 35) “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Isso se dá, pois de acordo com o pensador, nem todas as áreas do discurso são abertas, sem proibições à disposição

de todos os sujeitos que falam, algumas são restritivas. A imposição de regras aos sujeitos implica em impor determinações dos papeis dos mesmos na produção dos discursos. Nessa perspectiva o primeiro procedimento diz respeito ao ritual, que define a qualificação que devem possuir os sujeitos que falam (Foucault, 2013, p. 37), é preciso ainda ser autorizado para falar, em um momento específico.

O outro conjunto, que ele denomina de “genealógico”, se refere à análise da formação efetiva dos discursos, seja no interior dos limites do controle, quer no exterior, “na maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação” (Foucault, 2013, p. 61). A análise assim pretendida, volta-se em perceber a formação dos discursos, procurando apreendê-lo em seu poder de afirmação, aqui entendido como a capacidade de constituir domínios de objetos, a partir dos quais se poderia afirmar ou não proposições verdadeiras ou falsas.

Finalmente, concluímos que, para Foucault, o termo dispositivo é classificado como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos, técnicas e normas que vão se articular historicamente, a fim de responder determinada urgência social ou política. Ainda, trata-se de uma rede que inclui o dito e o não dito, que liga o poder e o saber, relacionando as estruturas sociais em geral.

4 O SUJEITO MODERNO E A SUBJETIVIDADE

Entre as discussões foucaultianas, o sujeito é abordado pelo filósofo, sobretudo no final dos anos 1970, prosseguindo nesse tema durante os anos 1980. O estudo é realizado a partir das condições e dos modos em que o sujeito se torna sujeito, ou seja, de uma forma bem específica de Foucault, através da história; de modo algum abstrata, universal ou eterna; entendendo o sujeito por um vértice social e contextual. Assim, compreende-se o sujeito em Foucault, como algo em constante transformação.

A partir do novo papel do sujeito, na modernidade, Foucault expõe as instituições características desse contexto, seus processos econômicos e sociais, sem excluir também os comportamentos e as formas de poder que se desenvolvem na busca do conhecimento e da disciplina de suas relações.

A abordagem de Foucault acerca do sujeito ganha novos contornos, não se limitando a diagnosticar o que o saber e o poder operam sobre os indivíduos, constituindo-os enquanto sujeitos de saber e de poder, mas também tentando examinar como os sujeitos se constituem e se reconhecem a si mesmos.

Foucault aborda na obra “Nietzsche, Freud, Marx” (1975) as técnicas de interpretação, afirmando que, para esses autores, interpretar, no transcorrer da história, tornou-se uma tarefa infinita. Este processo de interpretação tornou-se mais complexo dado o aparecimento de múltiplas formas de interpretação, e ainda que vastamente conceituadas formalmente, somos instigados a constantemente repensar símbolos, formas, discursos e obras, e ainda assim, não possuímos um conceito estático e capaz de se solidificar pelos séculos, ou seja, a interpretação está ligada diretamente ao momento histórico, sendo necessário o fazer o devido acompanhamento.

Diz Foucault (1975, p. 22):

> Esta falta de conclusão essencial de interpretação, creio que está relacionada com outros princípios, que são também fundamentais, e que constituíram, junto com os princípios que acabo de aludir, os postulados da hermenêutica moderna. Primeiro: se a interpretação não se pode nunca acabar, isto quer simplesmente significar que não há nada a interpretar. Não há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece a interpretação, mas a interpretação de outros símbolos.

Logo, podemos dizer que a forma de interpretação foucaultiana, quando não apresenta conceitos fixos ou fechados, se amolda à interpretação hermenêutica

moderna, assim, não se trata de não ter conceitos, mas sim, trabalhar com uma filosofia que molda a interpretação ao seu tempo, não abandonando conceitos fixos, mas fazendo ligações entre uma interpretação primária e a evolução filosófica conceitual, tratando os conceitos filosóficos através de uma interpretação circular.

Edgardo Castro, em sua obra “Uma Nova introdução a Foucault” (2024, p. 13), ao abordar a interpretação foucaultiana, diz:

> Foucault, desse modo, ensinou-nos a ler de outra maneira, com um olhar estrábico, dirigido ao mesmo tempo ao passado e ao presente, para não ficarmos presos a nenhum dos dois. Pois, sem sua relação com o presente, o passado se converte em relíquia.

Desta forma, Foucault nos ensina que podemos pensar de outra maneira, nos apresenta uma nova forma de questionar. Afirma Castro (2024, p. 13): “[...] isto é, um exercício de reflexão sobre a liberdade”. Foucault possui uma forma única de filosofar; entrelaçando sua filosofia com a história, a fim de melhor entender o sujeito.

Agamben (2009, p. 133), em sua obra “Signatura Rerum”, trata da forma de abordagem foucaultiana:

> A partir do que foram possíveis as teorias e os conhecimentos; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual a priori histórico e no contexto de qual positividade as ideias puderam aparecer, as ciências se construir, as experiencias espelhar-se nas filosofias, as racionalidades tomar forma para depois, talvez, se desvanecer e desaparecer.

Os conceitos de Foucault se transformam, uma vez que os considera continuidades, que irão se readequar ao tempo presente, em conformidade com a história e o sujeito que se insere neste contexto. O que se fará não por exclusão do primeiro conceito em razão da existência de um segundo, mas em continuidade evolutiva daquele primeiro.

Neste contexto, na obra “Arqueologia do Saber” (p. 21-22), Foucault discorre que: “A história contínua é o correlato indispensável da função fundadora do sujeito”. Desta forma, compreende-se que a abordagem de Foucault é uma oposição à tradição cartesiana.

Castro (2016, p. 407), quando interpreta o sujeito por Foucault afirma:

> Não pode surpreender-nos, então, que seu pensamento tenha sido, frequentemente, qualificado de antiantropológico. Isto é em relação ao homem do humanismo e das ciências humanas, com subjetividade cartesiana e da tradição fenomenológica; mas não a respeito do sujeito em geral.

Castro (2016, p. 408) continua: “Foucault é conduzido a uma história das práticas nas quais o sujeito aparece não como instância de fundação, mas como efeito de uma constituição. Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito”.

Partindo desta forma de abordagem, a compreensão de sujeito e subjetividade são conceitos totalmente interligados, e por esta razão tentaremos expor seus conceitos em conjunto. Na obra “História da Loucura”, de 1961,, o filósofo já faz menção sobre o termo sujeito, mas, somente no Curso do ano de 1981, denominado “Subjetividade e Verdade”, é que o conceito aparece com mais notoriedade, e posteriormente segue sendo analisado por Foucault. Este tema se torna tão central em sua obra que o filósofo reconhece “Não é, pois, o poder, mas o sujeito o que mais constitui o tema geral de minhas (Ditos e Escritos, p. 223).

No texto O sujeito e o poder, o próprio autor chega a expor a seguinte afirmação:

> Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos 20 anos. Não foi analisar o poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. [...] Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa. (Foucault *apud* Dreyfus; Rabinow, 2013, p. 273-274).

O sujeito, na modernidade, é entendido como subordinado, que não é originário, mas efeito dos processos e práticas materiais e históricas, por isso Foucault não elabora uma teoria sobre o sujeito, mas uma analítica dos diversos modos de subjetivação, buscando tomar contato com a constituição histórica das diversas formas de sujeito.

Destaca-se que, na Idade Clássica, a questão do sujeito não era uma problemática existencial, neste período o sujeito era visto apenas como o lugar de passagem ou manifestação para o discurso verdadeiro: enquanto as ideias fossem claras, distintas e autoevidentes, as coisas seriam bem representadas ou conhecidas, uma vez que com a separação dos signos e das coisas, o que se objetivava era justamente a representação clara das coisas através das palavras que as representavam.

Já na Idade Moderna, o homem, até então apenas lugar de operação do discurso, passará a ser uma questão em si mesmo. É neste momento que Foucault

desenvolve esta problematização, e o faz através de três formas: o trabalho, a vida e a fala, que darão a possibilidade de formação e representação do homem. Ou seja, na Idade Clássica a representação se dava através de uma forma clara, contudo agora, as representações remetem a elementos exteriores para a composição de seu sentido.

Nesta perspectiva, ele ainda afirma:

> Se agora me interesso de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. (Foucault, 1984, p. 276).

Logo, entende-se o sujeito como objeto de pesquisa, uma vez que se tem um processo de subjetivação deste sujeito através do seu contexto social, vivência externa e demais fatores influenciadores. Além disso, podemos afirmar que, na modernidade, através das políticas sociais, o poder, o saber e o sujeito estarão vastamente interligados.

> [...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo [...] e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. (Foucault, 2008, p. 148-149).

Ou seja, subsiste uma ligação entre o poder e suas técnicas, as quais são exercidas sobre o corpo (sujeito), resultando diretamente na produção e no conhecimento do sujeito, neste sentido, o sujeito se torna indispensável na formação do saber, sendo indispensável que seja exercida uma disciplina ao sujeito, trazendo efetividade aos seus gestos. Ainda, o processo do poder disciplinar é manifestado na condição de confinamento-em que se possam regulamentar as atitudes do vigia e do vigiado, como afirmam Dreyfus e Rabinow (2013, p. 125): “um dos maiores empreendimentos de Foucault foi sua habilidade em isolar e conceituar o modo pelo qual o corpo se tornou componente essencial para a operação de relações de poder na sociedade moderna”.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault remete ao sujeito e à subjetivação de seu corpo. O filósofo caracteriza o controle das atividades que se decorreram sob a execução da disciplina, tais como o horário, a elaboração temporal do ato, a condição do corpo e gesto postos em correlação, articulação do corpo-objeto e a utilização exaustiva que

disso, porventura, poderia acarretar (Foucault, 2020, p. 146-153). Foucault fala dos modos de subjetivação e como modos de objetivação do sujeito, isto é, modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e poder. Com efeito, os modos de subjetivação e objetivação não são dependentes uns dos outros; seu desenvolvimento é mútuo (Castro, 2024, p. 408).

Podemos afirmar que existem dois significados para a palavra sujeito: “[...] sujeito a alguém pelo controle e dependência” (Foucault, 1995, p. 235), modos de objetivação; e o segundo “[...] preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (Foucault, 1995, p. 235), processos de subjetivação. A partir dessa definição, o objeto de estudo do filósofo foi sendo direcionado para a compreensão dos modos de objetivação e subjetivação que constituem diferentes tipos de sujeitos modernos. Foucault trabalhou com três modos de objetivação que transformam o indivíduo em sujeito, a saber: a emergência do sujeito por meio das práticas sociais (“História da Loucura” e “Vigiar e Punir”); a emergência do sujeito em projeções teóricas (As palavras e as coisas); a emergência do sujeito nas práticas de si (História da sexualidade) (Gros, 2016).

Em continuidade, na obra “Segurança, Território, População”, o filósofo entende a subjetividade do sujeito como práticas de si que não se constituem apenas por meio da relação da pessoa consigo mesma, mas envolvem práticas sociais, fazendo com que as pessoas se constituam mutuamente. Desse modo, a análise da subjetivação pretende conceber como os sujeitos manejaram as condições culturais no passado, comparando com o modo como fazemos hoje, partindo de sujeitos históricos e geograficamente situados num tempo e local específico, recusando uma possível teorização do sujeito, visando pensar outros modos de subjetivação enquanto prática de liberdade. Por isso, sua analítica envolve uma relação ética, estética e política de si consigo, que não propõe um programa previamente estabelecido ou objetivos a serem alcançados, mas possibilita novas experimentações consigo mesmo e na relação com os outros.

Atesta-se que a subjetividade, para Foucault, corresponde ao que estamos fazendo de nós mesmos, a relação do sujeito consigo mesmo, que acontece sempre num contexto, não entendendo o sujeito como algo originário ou dado, mas enquanto um processo em transformação.

Por isso seu foco era o estudo dos modos de constituição da subjetividade, com intuito de refletir criticamente sobre o processo de tornar-se sujeito.

Foucault considera que pensar e ser de outra maneira corresponde a elaborar outros modos de subjetivação, novas práticas de si, compor uma nova ética, uma outra relação consigo mesmo, e os modos de subjetivação são formas de atividades sobre si mesmo, que envolvem a relação consigo mesmo, as técnicas e procedimentos para elaborar tal relação e as práticas que habilitam o sujeito a se transformar em algo distinto.

> O sujeito "[...] não é simplesmente permeado e informado por governamentalidades externas, mas constrói, por meio de exercícios regulares, uma relação consigo definida." Essa relação se constitui no domínio do ser-poder (registro genealógico) em que o processo de subjetivação não instala apenas pelo (re)conhecimento do passado, mas também pelo ato de resistência frente aos espaços e tempos presentes.

Assim, conclui-se que o sujeito, quando estudado filosoficamente pelo Ocidente na Idade Moderna, estará no cerne das principais questões. Identificado como produto derivado das múltiplas pontuações de poder-saber. Com essa analítica do poder, Foucault mostra o corpo investido de história e poder. O sujeito mais como *sujeição* (à história, à política) do que como atividade sintética fundadora de mundo.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NO CURSO DO GOVERNO DOS VIVOS: 1979-1980

O curso ministrado por Michel Foucault entre os anos de 1979-1980, intitulado "Do Governo dos Vivos" retoma, amplia e problematiza conceitos do curso de 1975-1976 "Em defesa da Sociedade". Desta forma, depois de estarmos cientes do conceito de sujeito e subjetividade, podemos aprofundar tais conceitos nesta perspectiva do início dos anos de 1980.

Para tanto, realizaremos a abordagem do "Curso Governo dos Vivos", no qual Foucault descreve o sujeito e a manifestação deste com a verdade principalmente através do cristianismo. Entendemos que o processo de subjetivação estudado por Foucault se faz presente de diversas formas durante sua trajetória filosófica. Tratando-se de um tema central de sua filosofia.

Contudo, nossa abordagem se dará especificamente no que tange a subjetividade do homem através dos atos dos primeiros séculos do cristianismo.

Trataremos assim de três atos próprios do cristianismo: o batismo, a penitência eclesial e a direção de consciência. Trata-se dos atos de reconhecimento das faltas e não atos de fé.–Nossa abordagem ligará intrinsecamente faltas ao processo de subjetivação do ser humano.

Na aula de 6 de fevereiro de 1980, Foucault afirma:“[...] o fato de que todo regime de verdade, seja científico ou não, comporta formas específicas de vincular, de [maneira] mais ou menos constrangente, a manifestação do verdadeiro e o sujeito que o opera [...]” (Foucault, 2018. p. 92). Nosso objetivo é evidenciar o sujeito e este processo de subjetivação através da verdade, entendendo como em diferentes momentos e diferentes contextos, o sujeito se tornou um objeto indispensável.

Ao tratar do sujeito neste processo, Foucault (2018, p. 316) afirma:

> Este último não designa um sistema de constrangências que se exerce de fora sobre o indivíduo (sujeito no sentido passivo); mas não designa tampouco a atividade pela qual esse indivíduo, em sua relação com uma verdade dada, se constitui como sujeito (no sentido ativo). Ele designa o tipo de obrigações específicas a que um indivíduo se submete no ato pelo qual se faz agente e uma manifestação da verdade.

O processo de subjetivação do sujeito é constantemente analisado por Foucault, sendo entendido como técnicas de si, que são procedimentos, presentes em todas as civilizações, a fim de estabelecerem a identidade do indivíduo, mantendo-a ou transformando-a.

Fica evidente o processo de subjetivação do indivíduo quando Foucault inicia a aula datada de 6 de fevereiro de 1980 (2018, p. 85), expondo sobre o cristianismo:

> E por regime de verdade entendo o que força os indivíduos a um certo número de atos de verdade, no sentido que defini para vocês da última vez. Um regime de verdade é, portanto, o que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, o que define, determina a forma desses atos e estabelece para esses atos condições de efetivação e efeitos específicos. Em linhas gerais, podemos dizer, um regime de verdade é o que determina as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação do verdadeiro.

Ampliando tal entendimento podemos fixar que o regime da verdade é:

> O conjunto dos procedimentos e das instituições pelas quais os indivíduos se veem constrangidos a obedecer decisões; decisões que emanam de uma autoridade coletiva no âmbito de unidades territoriais em que essa autoridade exerce um direito de soberania. (Foucault, 2018, p. 86).

Importante destacar que Foucault, ao tratar da vertente cristã e de seus atos, não buscou questionar qualquer questão religiosa, e sim, tratar a subjetividade do ser diante da verdade por ele aceita, bem como de que forma esta verdade é tratada por este.

> De um lado, haveria o que poderíamos chamar de regime de verdade que gira em torno dos atos de fé, isto é, atos de verdade que constituem aceitações -compromissos, adesões-fidelidades em relação a certos conteúdos que devem ser considerados verdadeiros, aceitações-

> compromissos que não consistem simplesmente em afirmar essas coisas como verdadeiras em si e por si, mas devem também fornecer garantias, provas, autenticações exteriores de acordo com certo número de regras, que são regras de consulta ou obrigações rituais. É isso, para situar simplesmente o domínio dos atos de fé que são aqueles que não tratarei. E depois, por outro lado, há no cristianismo um outro polo, em outro regime de verdade, ou em todo caso uma outra fronteira do regime de verdade. É a fronteira que tocaria o que podemos chamar de atos de reconhecimento das faltas. (Foucault, 2018, p. 93).

Essa exteriorização da verdade, a qual se dá através de um processo de subjetivação do indivíduo será manifestada pelo cristianismo através de três maneiras: batismo; como ação individualizada e pública de aceitação do divino; a penitência, como ato derivado da confissão onde o sujeito reconhece publicamente a prática do pecado e aceita as punições impostas, e, a denominada direção de consciência, que é a análise individual e permanente do sujeito de seus pensamentos, falas e condutas; são estes três ritos do cristianismo que passaremos a analisar individualmente.

4.2 DO ATO BATISMAL

Como explicitado supra, o batismo, apesar de tratar-se de um ato do cristianismo, será analisado a partir de seu processo de subjetivação, desta forma não adentraremos em qualquer questão religiosa, sendo que esta não é a vertente específica de Foucault e não será a nossa. Em suma, entendemos aqui o batismo como um rito para purificação dos pecados, onde o sujeito é ensinado sobre o caminho da vida e da morte, e após entender estes postulados, opta por aderir a um deles. O rito batismal é uma espécie de “selo, é uma marca [...] o batismo assegura um segundo nascimento, renascimento ou novo nascimento” (Foucault, 2018, p. 96).

Importante destacar que o indivíduo, para o cristianismo, nasce em pecado, ou seja, desde sua concepção já está em pecado, e nele permanece até a vida adulta, quando entende a verdade (doutrina cristã), e, opta por se tornar parte dela, ou ainda, entendendo que esta é a verdade, opta por aderir à doutrina e ser por ela salvo.

Com relação ao processo batismal, Foucault (2018, p. 96-97) discorre:

> [...] o batismo vai ser um segundo nascimento, um renascimento graças ao qual deixamos de ser filhos e nos tornamos filhos da escolha e do saber[...]. É que o batismo, situado assim sob o signo da escolha e do saber, põe o batizado na luz.

Assim, a subjetivação do homem no cristianismo através do ato batismal se dará em diversas etapas, primeiro apresenta-se a este a verdade (a doutrina cristã), posteriormente o homem acolhe e entende esta verdade (não adentraremos quais as

razões pelas quais o faz), e por fim, escolhendo a verdade, é batizado pelo rito em si, tornando-se iluminado. “Fé, escolha, saber, iluminação” (Foucault, 2018, p. 97). Além disso, ao iniciar a aula de 13 de fevereiro de 1980, Foucault deixa claro esse processo de subjetivação do homem através do batismo, ao tratar da relação entre purificação e acesso à verdade:

> [...] uma história da verdade, uma história da verdade que não seria feita do ponto de vista das relações de objetividade, ou das estruturas de objetividade, ou das estruturas de intencionalidade. Tratar-se-ia de esboçar uma história da verdade que tomaria como ponto de vista os atos de subjetividade, ou ainda as relações do sujeito consigo mesmo, entendidas não só como relação de conhecimento de si, mas também como exercício de si sobre si, elaboração de si por si, transformação de si por si, isto é, as relações entre a verdade e o que se chama espiritualidade, ou ainda: ato de verdade e ascese , ato de verdade e experiencia no sentido pleno e forte do termo, isto é, a experiencia como o que, a um só tempo, qualifica o sujeito, o ilumina sobre si e sobre o mundo e , ao mesmo tempo, o transforma. (Foucault, 2018, p. 105-106).

Neste processo batismal, onde o que se busca é a iluminação da alma, ou seja, a salvação, existe uma preparação para o batismo, momento em que o sujeito conhecendo a verdade, ou seja, a doutrina cristã, opta livremente por segui-la, para então através da iluminação batismal, ser salvo.

Certo é que, através desse processo de conhecimento da doutrina, o sujeito de conhecimento também se torna objeto de conhecimento, isso porque o acesso à verdade através da purificação não se fará exclusivamente através do ensino, mas também, através de prova. Ao discorrer sobre a preparação batismal e subjetivação do sujeito, Foucault (2018, p. 107) afirma:

> É preciso transformá-lo em sujeito de conhecimento: isto é: primeiro, ensinam-lhe verdades, que são as verdades da doutrina, e as regras da vida cristã, e levam-no, assim, de ensino até uma crença, crença essa que deve se manifestar e se afirmar num certo ato de verdade que é a profissão de fé, profissão de fé essa que é um dos aspectos fundamentais do batismo. Esse batismo, pelo rito em que consiste, invoca o Espirito Santo que, baixando na alma, lhe traz uma luz, uma iluminação, que lhe proporciona, enfim, um acesso à verdade, a qual não é simplesmente um conteúdo de conhecimento, uma série de dogmas em que se deve crer ou objetos a conhecer, [mas] é ao mesmo tempo, para quem conhece, sua própria vida que se torna agora vida eterna, como é eterna a verdade que ele conhece.

O filósofo afirma que o cristianismo a partir da virada do século II para o século III, “terá evidentemente uma importância absolutamente decisiva em toda a história do que podemos chamar de subjetividade” (Foucault, 2018, p. 117). Ou seja, quando na busca pela verdade o indivíduo irá descobrir não só a verdade, mas também a si mesmo.

4.3 DA PENITÊNCIA

Dando sequência aos ritos do cristianismo, Foucault, após explicitar o processo de subjetividade do indivíduo através do batismo, trabalha a subjetivação do ser através da penitência.

A penitência é ato de arrependimento do indivíduo pelo erro (pecado) cometido, sendo imposta uma pena (penitência) a quem cometeu o erro. Na igreja primitiva, entendia-se que o Batismo era a única penitência possível, ou seja, o indivíduo pecador, era libertado através do ato batismal, tornando-se iluminado e digno de salvação. Contudo, constatou-se que, após o ato batismal, o sujeito ainda não estava livre de pecar, pois a vida lhe colocava a prova dos mais diversos infortúnios, podendo voltar a violar a doutrina cristã, por ele aceita, quando do batismo. Assim, fez-se necessário um segundo ato, também chamada segunda penitência, através do qual "[...] os que foram batizados há um tempo e que recaíram por causa da fraqueza humana e das artimanhas do diabo" (Foucault, 2018, p. 157), teriam seus pecados perdoados.

Esta penitência, como forma de perdão dos pecados, faz-se necessária, tendo em vista que o cristianismo se entende como a religião dos puros, perfeitos, livres do pecado. Por isso, uma vez que novamente está em pecado, não houve uma subjetivação do indivíduo, visto que não aderiu toda a doutrina cristã como verdadeira, porque, se assim tivesse feito, não teria recaído.

> Isso tudo mostra, portanto, que as comunidades cristãs não se consideravam uma sociedade de perfeitos e puros, de gente que, tendo alcançado uma vez a luz e a vida eterna, nunca poderia ser desapossada delas e nunca poderia recair. Vê-se que o pecado, a fraqueza podem estar, estão efetivamente presentes nas comunidades cristãs e que a tomada de consciência desses pecados e dessas fraquezas são características da vida cristã. Isso implica portanto que essa metanoia-que, como vimos a propósito do batismo, era o movimento pelo qual a alma se voltava para a luz, o movimento pelo qual a alma alcançava a luz, o movimento pelo qual ela entrava na verdade e a verdade entrava nela-, esse movimento continua de certo modo a trabalhar a existência do cristão, a estar presente nela e a fazer parte desta existência (Foucault, 2018, p. 163).

E continua a discorrer sobre o assunto na aula do dia 27 de fevereiro de 1980, "Do Governo dos Vivos", a fim de demonstrar o problema criado pelo cristianismo quando impõe que para ser salvo o sujeito seja puro, livre de pecados.

> É todo o problema, como vocês estão vendo, da relação do sujeito com a verdade, da forma de ligação do sujeito com a verdade, da forma de inserção do sujeito na verdade e da verdade no sujeito, da ancoragem recíproca do

> sujeito e da verdade que é posta por esse problema de saber se se pode pecar depois de ter recebido o batismo e se, por conseguinte, se pode e se deve prever uma penitência pós-batismal que recomece e retome esse procedimento de purificação, esse procedimento de conversão, de metanoia, esse procedimento de remissão , pelo qual o indivíduo tem sua salvação assegurada e reencontra o caminho da vida eterna, da verdade e da salvação. (Foucault, 2018, p. 159).

Essa relação é justamente o eixo existente entre a verdade e a subjetividade. Relação esta que é adquirida pelo batismo e permanece duradoura, através de linhas de força que impulsionam o indivíduo a busca pela verdade e salvação. Portanto, há entre o sujeito e a verdade, a partir do momento em que o batismo manifestou, autenticou, sacralizou a relação de ambos, uma relação essencial que não pode ser desatada e desfeita (Foucault, 2018, p. 160). Ou seja, “vale dizer que a metanoia, a conversão, contínua de certo modo a trabalhar no interior da relação sujeito-verdade” (Foucault, 2018, p. 161).

Essa ruptura com o pecado, a partir do reconhecimento do erro e o retorno a verdade, é a continuação de um processo de subjetivação do indivíduo, no qual deseja voltar a verdade, a luz e obter a salvação. No momento do arrependimento e da busca pelo perdão o sujeito e ação se entrelaçam:

> Porque o sujeito da ação aparece como circunstância, circunstância que modifica a forma mesma da ação e a torna boa, muito embora, por outro lado, ela possa ser má e, em geral, ela o seja, ou vice-versa. Ou seja, o sujeito só intervém como elemento característico da ação, a qual é de certo modo a unidade de base, o grão em que a lei está centrada. (Foucault, 2018, p. 165).

Logo, é a maestria do sujeito que qualifica as suas ações, aí está um dos grandes óbices do cristianismo, uma vez que “[...] introduziu o problema do *peccatum*, do pecado, da falta, não da inocência, mas em relação a ela. Introduziu o problema do *peccatum* em relação à luz, em relação à libertação e em relação a salvação” (Foucault, 2018, p. 171).

Ora, neste sentido o cristianismo se deparou com um problema: Se o sujeito, antes do batismo conhece a verdade e através do batismo a aceita, bem como, pelo ato é purificado, em que momento essa relação, até então fundida e irreversível, se perde? No momento da penitência depara-se com um novo questionamento, diverso do momento do batismo. Naquele tínhamos: O que acontece com o sujeito quando, rompendo consigo mesmo, vai rumo a verdade?

Contudo, agora, depara-se com o seguinte questionamento: “O que acontece com o sujeito quando, rompendo com a verdade, volta àquele si mesmo com o qual fora obrigado a romper no momento do batismo?” (Foucault, 2018, p. 172).

> É portanto o problema da dupla ruptura que é colocado. Não é o pertencimento do sujeito à verdade ou o pertencimento da verdade ao sujeito, é sua distância que constitui o problema. E não é a questão da identidade do sujeito, é a questão da ruptura que constitui o problema. A ruptura do sujeito na relação de distância que ele mantém com a verdade: foi com isso, a meu ver, que a prática, as instituições, as teorias, a especulação cristã se defrontaram, é esse o problema da penitência depois do batismo, da penitência no sentido estrito, estreito, do termo. (Foucault, 2018, p. 172-173).

Logo, a solução que o cristianismo traz para a questão do cristão que encontra a verdade, e, a conhecendo, volta a pecar, é a penitência. Esta penitência é um ato único, uma “tábua de salvação”. É a maneira para Cristo reabrir pela segunda vez portas do perdão que haviam sido abertas pelo batismo e fechadas logo depois (Foucault, 2018, p. 178).

Foucault afirma que a penitência, também chamada de segunda penitência já que o batismo é a primeira, que:

> Esta ligada à segunda penitência toda uma série de procedimentos de verdade que assinalam, me parece, uma reflexão considerável no que poderíamos chamar de relações de subjetividade com a verdade, não apenas no cristianismo, mas em toda a civilização ocidental. (Foucault, 2018, p. 178).

Salienta-se que, a penitência trata-se de um ato único, uma espécie de estatuto global, na medida em que afeta a totalidade da vida do indivíduo. “[...] Na penitência não se pede a um indivíduo para fazer isto ou aquilo, ou para renunciar a isto ou aquilo. Todos os aspectos da sua existência são postos em jogo[...]” (Foucault 2018, p. 180). Ainda, essas determinações estarão em vigor durante toda a vida do ex-penitente (assim chamado, aquele que peca após o batismo, sendo novamente salvo através da segunda penitência).

Esse processo de subjetividade entre a verdade e o indivíduo poderá ser classificado por Foucault em: procedimentos objetivos e procedimentos refletivos, e ainda, atos refletidos.

> Mas, no interior desse estatuto de penitente, dos atos de verdade que são implicados, seja pela entrada no estatuto penitente, seja pelo próprio desenrolar da penitência. Esses atos de verdade, esses procedimentos de verdade são de duas ordens, vamos dizer, os procedimentos objetivos e os procedimentos refletivos. Procedimentos objetivos: aqueles em que o penitente é o objeto, mas cujo operador ou operadores não serão o penitente mesmo; em outras palavras, os procedimentos de verdade pelos quais os

> outros, seja a comunidade inteira, seja o bispo, são responsáveis, podem conhecer o penitente e dele fazer o objeto de uma busca de verdade. E, depois atos refletidos: São atos pelos quais o próprio penitente se torna operador da manifestação da sua própria verdade. Atos refletidos: [aqueles] pelos quais o penitente manifesta por si mesmo o que é sua, verdade de pecador ou sua verdade de penitente. (Foucault, 2018, p. 181).

O ato da penitência, em suma, se dará pelo reconhecimento do pecado por parte do indivíduo pecador, em que, este reconhecendo o pecado cometido procura a autoridade, com o objetivo de expor o cometimento de seu pecado. Confessa-o para que, reconhecido o pecado, a penitência seja imposta. No que diz respeito à aplicação da penitência, esta é imposta pelos sacerdotes, os quais, segundo o cristianismo, estão impondo a vontade de Deus sobre o pecador. Ainda, a penitência, embora vise a salvação, não é garantia desta. “[...] se o batizado pecou, tem que fazer a penitência, mas a igreja não pode reconciliá-lo. Deus é que decidirá se ele deve ou não ser salvo” (Foucault, 2018, p. 188).

No que tange à duração da penitência, esta perdura entre sete e vinte anos, é neste período que o indivíduo se reconhece como pecador e aceita ter uma vida simples, sem excessos, buscando a limpeza da alma, após, a confissão parte do pecador que o faz publicamente, pondo fim a este processo de subjetivação do sujeito. Foucault afirma:

> É neste momento, a meu ver, que a relação da subjetividade com a verdade, codificada em termos de direito, filtrada ao longo de uma prática discursiva, vai dar à penitência cristã a forma que conhecemos e implicará também, para subjetividade ocidental, uma relação com o discurso e uma relação com o reconhecimento da culpa que é absolutamente característico da nossa civilização. (Foucault, 2018, p. 193).

Assim, entendemos a subjetividade no que tange à penitência, a qual se caracteriza pela ruptura do sujeito pecador com o pecado, para através de atos: reconhecimento, confissão, imposição da penitência, execução penitencial e reconhecimento público do pecado, se tornar um novo sujeito, um penitente, capaz de ser salvo, diante do conhecimento que entende como verdadeiro.

Agora, passaremos a discorrer sobre direção de consciência.

4.4 DIREÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Depois de nos situarmos nos ritos do cristianismo dos primeiros séculos, através do batismo e da penitência, passaremos a analisar o exame da consciência. Foucault, quando no curso “Governo dos Vivos” datado dos anos de 1979 e 1980

transpassa os ritos do cristianismo para dialogar sobre a subjetivação do indivíduo. Contudo, o que o filósofo deseja não é especificamente a análise destes ritos, mas no que a soma destes totaliza, a direção da consciência.

Mesmo porque, Foucault entende a subjetividade "*como o modo de relação de si consigo"* (Foucault, 2018, p. 204, *grifo nosso*). Até este momento, tanto através do batismo quanto da penitência, o cristão passa por rituais que lhes são impostos a fim de pertencer a igreja e ser salvo pelo divino, contudo, em nenhum momento através destes rituais há uma conexão entre o real reconhecimento da falta, a anulação desta e por fim o surgimento de um novo sujeito, isto vai aparecer justamente com o exame da consciência de forma individual. Assim descreve Foucault (2018, p. 206):

> Em linhas gerais, o aparecimento do acoplamento verbalização da falta-exploração de si, não vamos encontrar no batismo, não o vamos encontrar na penitência. Parece-me que a razão disto está em que, no batismo, na penitência e no perdão, não se trata de apreender o sujeito tal como ele é, em seu fundo e sua identidade, em sua continuidade, mas ao contrário de fazer da manifestação da verdade uma espécie de desidentificação do sujeito, pois se trata de fazer de alguém que era pecador alguém que não é mais pecador. É na ruptura do sujeito que é exigida a necessidade, de certo modo paradoxal de uma manifestação da verdade.

Ao examinar tais ritos do cristianismo, Foucault encontra uma contradição entre estes e a vida dedicada à busca pela salvação. Isto se dá, uma vez que tanto no batismo quanto na penitência o sujeito manifesta a sua verdade, e através desta se liberta. Contudo, quando se dedica através destes ritos a busca pela salvação, busca de forma incessante a perfeição, ou seja, esta busca se dará através de uma forma estruturada e não através de uma ruptura. Logo Foucault (2018, p. 210-211) conclui que:

> A fórmula da direção, no fundo, é a seguinte: obedeço livremente ao que queres para mim, obedeço livremente ao que queres que eu queira, de modo que eu possa estabelecer assim certa relação de mim comigo. E por conseguinte, se chamamos de subjetivação a formação de uma relação definida de si consigo, pode-se dizer que a direção é uma técnica que consiste em vincular duas vontades de maneira que elas permaneçam, uma em relação a outra, sempre livres, em vinculá-las de tal modo que uma queira o que a outra quer, e com isso, com fins de subjetivação, isto é, de acesso a certa relação de si consigo. O outro e a vontade do outro são aceitos livremente por mim para que eu possa estabelecer certa relação de mim comigo. É esse, a meu ver, o sentido geral que podemos dar a noção de direção.

Portanto, o exame de consciência é uma forma individual, através da qual o sujeito inspeciona a sua vida na totalidade, a fim de verificar sua postura cristã e se

através desta poderá ser salvo, e, caso entenda que está em pecado, possa adequar-se para a busca do fim perseguido, o qual seja, a salvação.

O exame da consciência, se dará através de uma direção do cristianismo, essa direção do indivíduo é uma prática que possui uma proporção gigantesca dentro da religião, é justamente através disto que o indivíduo é doutrinado, e se torna consciente dos seus deveres para que seja salvo.

> Trata-se de um exame de si mesmo como sujeito racional, isto é, como sujeito que se propõe certos fins, cujas ações poderão ser consideradas boas ou más conforme alcancem ou não seu fim. Trata-se de um exame de si mesmo como sujeito racional que, efetivamente, só pode alcançar seus fins se fizer um uso autônomo dessa razão que ele compartilha com o mundo inteiro. (Foucault, 2018, p. 223-224).

Desta forma, notamos que os ritos do cristianismo são a exteriorização da verdade do sujeito, quando aceita Cristo através do batismo ou quando reconhece sua falta e busca a purificação dos pecados através da penitência. Contudo, estes são ritos que tornam a verdade do sujeito pública, ou seja, reconhecida socialmente. Porém, a subjetivação deste se dá de forma muito mais velada, quando este analisa seus atos não-perfeitos objetivando a salvação.

Destaca-se ainda que esta busca pela salvação se faz através da obediência à vida cristã, e esta sujeição à doutrina não é uma passagem e sim um estado. “[...] Somos feitos para ser dirigidos até o último dia” (Foucault, 2018, p. 244).

Foucault estrutura a obediência através de três coisas:

> A *subditio*, a submissão, o que quer dizer: quero o que o outro quer; a *patientia*, que quer dizer: quero não querer algo diferente do que quer o outro; e a *humilitas*, que consiste em dizer: não quero querer. Querer o que quer o outro, querer não querer, não querer querer, são os três aspectos da obediência, tal como ela é, ao mesmo tempo, condição da direção, substrato da direção, efeito da direção. Em suma, a *subditio* é a forma geral da relação com os outros; a–*patientia* é uma atitude para com o mundo exterior, a *humilitas* é a relação consigo. (Foucault, 2018, p. 248, *grifo do autor*).

Ou seja, a direção nada mais é que uma técnica que se inscreve através de um dispositivo geral. Logo, se faz necessário, analisarmos esta técnica de direção, bem como esta forma de obediência constante, nos permitindo analisar a subjetividade do indivíduo.

Insta registrar que o sujeito é inserido nesta técnica através de dois preceitos: vínculo constante à doutrina e o exame permanente de si. Estes dois preceitos irão se dividir em três elementos fundamentais e dependentes entre si: princípio da

obediência sem fim, princípio do exame incessante e princípio do reconhecimento das próprias faltas.

O princípio da obediência sem fim está intrinsecamente ligado à doutrina, através dele entende-se que o cristão deve seguir estritamente a doutrina cristã, sendo suas ações e omissões por esta guiadas. O princípio da obediência liga-se diretamente ao princípio do exame incessante de si mesmo, através do qual o indivíduo deve atentar-se às suas ações de forma constante, evitando relaxamentos que podem o levar ao pecado. Por fim, não menos importante, temos o reconhecimento das faltas, que se dá, através da análise individual, onde o sujeito reconhece seus pecados e, em razão disso, os confessa publicamente.

Ao tratar deste assunto, durante a aula do dia 26 de março de 1980, Foucault afirma que o cristianismo cria uma exigência de perfeição para salvação, e ao determinar essa exigência, faz com que o sujeito se dedique de forma incessante pela sua busca desta. E neste momento tem-se a seguinte questão:

> [...] Por sua vez o problema, a questão, o perigo na direção cristã será a ilusão, essa ilusão, essa não discriminação entre a representação do bem e a representação do mal, entre a representação, a sugestão que vem de Deus, a que vem de Satanás, a que vem de mim mesmo [...] Na santidade cristã ou no aperfeiçoamento cristão vai se apoiar em mim mesmo, no que se passa em mim mesmo e nas ideias que me vêm, que me vêm à consciência. Não é o valor das coisas que vai ser preciso reconhecer, são os segredos da consciência que será preciso decifrar. (Foucault, 2018, p. 269).

Desta forma, podemos concluir que no cristianismo dos primeiros séculos o valor das coisas não será determinado em relação ao sujeito, mas através do próprio sujeito, pelo dispositivo exame-reconhecimento das faltas. Foucault continua sua análise, agora diferenciando a *discretio* grega da cristã, Foucault (2018, p. 275),

> No exame cristão, ao contrário, vocês veem que a questão se relaciona, não ao conteúdo objetivo da ideia, mas à realidade material da ideia na incerteza do que sou, na incerteza do que acontece no fundo de mim, e procurando o que? Se minha ideia é verdadeira? De jeito nenhum. Se tenho razão de ter esta ou aquela opinião? De jeito nenhum. Não é questão da verdade da minha ideia. Não é a questão da verdade do que penso, mas a questão da verdade de mim, que penso.

Assim, não podendo enganar a si mesmo, o sujeito reconhecendo o pecado, deve expô-lo. Até mesmo porque, esta exposição permite entender o ato como pecaminoso ou não. Esse simples ato de falar é uma forma de expulsar o que é ruim e aceitar o bom, havendo a necessidade desta análise ser perpétua e permanente. Foucault (2018) afirma:

> É uma relação de si consigo mesmo, tão continuada, tão permanente, tão analítica , tão detalhada quando possível, relação que só pode ser feita e só é eficaz na medida em que é, de ponta a ponta, sustentada por uma atividade de discurso, por uma atividade discursiva que faz que eu mesmo é que me ponho em discurso à medida que sou, à medida que penso, à medida que que o fluxo de pensamentos se apresenta em mim e que devo fazer a triagem, fazer sua triagem, fazer sua triagem para saber a finalidade de onde vem o que penso, para decifrar enfim o poder de ilusão e de engano que não para de me habitar de ponta a ponta da minha existência.

Logo, o cristianismo estabeleceu uma relação de obediência e ao mesmo tempo condições para esta obediência, visando a liberdade do sujeito, contudo, ao mesmo tempo que a doutrina promete a liberdade, uma vez que o sujeito se faz livre para buscá-la, limita o indivíduo, tendo em vista que só terá a salvação se entender a verdade que lhe é imposta e segui-la até o fim dos seus dias.

> Ora, o paradoxo é este: que essa aleturgia de mim, essa necessidade de produzir a verdade que sou, essa necessidade da aleturgia é fundamentalmente ligada, como vocês se lembram, à-renúncia a si mesmo. É na medida em que devo renunciar inteiramente a minhas próprias vontades substituindo minha vontade pela vontade de outro, é porque devo renunciar a mim, que devo produzir a verdade de mim mesmo, e só produzirei a verdade de mim mesmo porque estarei trabalhando para esta renúncia a mim. A produção da verdade de si não é em absoluto polarizada, indexada à vontade de enfim estabelecer no ser o que sou, mas ao contrário se quero saber o que sou, se devo produzir em verdade o que sou, é porque devo renunciar ao que sou, se devo produzir em verdade o que sou, é porque devo renunciar ao que sou. E esse vínculo entre produção de verdade e renuncia a si parece-me ser o que poderíamos chamar de esquema da subjetividade cristã, digamos mais exatamente o esquema da subjetivação cristã, um procedimento de subjetivação que se formou e se desenvolveu historicamente no cristianismo e que se caracteriza de uma maneira paradoxal pelo vínculo obrigatório entre mortificação de si e a produção da verdade de si mesmo. (Foucault, 2018, p. 280).

Por fim, podemos entender que no cristianismo dos primeiros séculos a subjetividade se dará de várias formas: na provação da alma no batismo, tornando seus atos públicos através da confissão e penitência, e com a sondagem da consciência. Contudo, a mais significativa destas é esta última, “[...] Pôr a si mesmo em discurso é, de fato, uma das grandes linhas de força da organização das relações entre subjetividade e verdade no Ocidente cristão” (Foucault, 2018, p. 282), uma vez que a verdadeira subjetivação do indivíduo é verificada através das relações consigo mesmo. Desta forma, Foucault entende a subjetividade cristã dos primeiros séculos, a qual posteriormente foi novamente analisada por este quando tratou do corpo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, procuramos identificar a forma do pensamento de Michel Foucault e, após localizar o termo dispositivo em seus trabalhos filosóficos, delinear o conceito de dispositivo através de Foucault. Como vimos, o termo dispositivo, aparece com maior destaque no período genealógico da obra de Michel Foucault, contudo, a forma de pensar do filósofo nos permite concluir que o termo já fazia parte de sua obra desde seus primeiros estudos, tratando-se assim de um processo de constituição que passou por uma série de incrementos.

No decorrer da pesquisa, ficou claro que não poderíamos conceituar o termo dispositivo, sem antes realizar um estudo sobre poder e suas relações, uma vez que estes estão intrinsecamente ligados, sendo que o termo dispositivo se torna fundamental à operacionalização da acepção de poder elaborada por Michel Foucault.

Ainda, mesmo que o seu conceito não tenha sido sistematizado de maneira mais consistente previamente, o dispositivo permite explicar a maneira pela qual aspectos discursivos se aliam a instrumentos de cunho político-institucional em redes estratégicas de poder-saber. Por outras palavras, o dispositivo articula um aparato que serve de meio para a efetivação de objetivos inscritos em dada conjuntura histórica, servindo para gerir populações ou ainda, adestrar corpos individuais.

Os dispositivos possuem suas táticas dos mais diversos tipos: regulamentos, normas, disposições arquitetônicas, instituições. Esses elementos se organizam mediante necessidades que mudam de acordo com a forma de poder exercida em determinado tempo. Com isso, os dispositivos sempre se inserem “em determinado momento”, tem como papel principal “responder a uma urgência”, e seu aparecimento se dará por motivos políticos, econômicos, ou sociais, apresentando invariavelmente “uma função estratégica dominante”.

Através deste processo organizacional envolvendo os dispositivos e as relações de poder, teremos a subjetivação do indivíduo, processo que, para Foucault, só ocorre quando há transformação do sujeito.

O conceito de dispositivo, embora compartilhado por Foucault, Deleuze e Agamben, assume nuances distintas em cada autor. Em Foucault, trata-se de uma rede heterogênea de discursos, instituições e práticas que organizam relações de poder e saber, produzindo sujeitos historicamente situados. Deleuze retoma essa definição, mas a traduz em termos de linhas dinâmicas - de visibilidade, enunciação,

força e subjetivação — que se reorganizam constantemente, destacando a multiplicidade e a possibilidade de resistência. Já Agamben amplia o alcance do termo, afirmando que todo mecanismo que captura, orienta ou governa condutas humanas é um dispositivo, desde instituições tradicionais até tecnologias digitais, e acrescenta a noção de “profanação” como forma de desativar tais mecanismos. Assim, há uma aproximação na ideia de que os dispositivos articulam poder, saber e subjetividade, mas a diferença está na ênfase: Foucault privilegia a historicidade, Deleuze a mutabilidade e Agamben a universalização crítica.

Conclui-se, portanto, que os dispositivos estão presentes em todos os meios sociais, e igualmente, na totalidade das relações, ou seja, todos estamos em contato constante com os dispositivos, os quais podem nos permitir um processo de subjetivação ou não. Cabe à sociedade entender os dispositivos e seus processos, a fim de não se tornar passiva diante deles, o que desencadearia uma população inalterável, diante das inquietudes.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-54.

CASTRO, Edgardo. **Uma nova introdução a Foucault.** 2. ed. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: BALIBAR, Étienne et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art14.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996. p. 83–96.

DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachar as palavras. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. O sujeito e o poder. ~~In.~~ In: **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Antônio C. Maia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-296.

FERREIRA NETO, João Leite. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, jul./set. 2015. DOI: 10.1590/0102-37722015032191410042O. Acesso em: 6 jul. 2026.

FLYNN, Thomas. **Foucault**. Tradução de Edgar da Rocha Marques. Porto Alegre: Penso, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. Aula de 7 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 3-26.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III: estética**: literatura e pintura, música e cinema. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Organização de Manoel Barros da Motta. 3. ed. Tradução de Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2021.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. rev. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population**: cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard; Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1988.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016. p. 271-288.

GUTTING, Garry. **Foucault**: um guia breve. Tradução de Renata Rocha. Porto Alegre: L&PM, 2016.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. VII-XXIII.

ROUSE, Joseph. Poder/saber. In: GUTTING, Garry. (Org.). **Foucault**. Porto Alegre: Penso, 2016.

STRATHERN, Paul. **Foucault (1926-1984) em 90 minutos**. Tradução de Cássio Boechat. Consultoria de Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VEIGA, Itamar Soares. Viventes, dispositivos e os processos de subjetivação segundo Agamben. Griot: **Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 13, n. 1, jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/677/393. Acesso em: 6 jul. 2026.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.